

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

A divisão do trabalho não pago entre mulheres e homens: Das organizações familiares aos aspetos ideológicos

Ana Catarina Fernandes de Carvalho

Mestrado em Psicologia Social e das Organizações

Orientadora:

Doutora Maria Helena Santos, Investigadora Auxiliar,
Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Centro de
Investigação e Intervenção Social

Coorientadora:

Doutora Miriam Rosa, Investigadora Auxiliar e Professora
Auxiliar Convidada,
Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Centro de
Investigação e Intervenção Social

Setembro, 2021



CIÊNCIAS SOCIAIS
E HUMANAS

Departamento de Psicologia Social e das Organizações

**A divisão do trabalho não pago entre mulheres e homens:
Das organizações familiares aos aspetos ideológicos**

Ana Catarina Fernandes de Carvalho

Mestrado em Psicologia Social e das Organizações

Orientadora:

Doutora Maria Helena Santos, Investigadora Auxiliar,
Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Centro de
Investigação e Intervenção Social

Coorientadora:

Doutora Miriam Rosa, Investigadora Auxiliar e Professora
Auxiliar Convidada,
Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, Centro de
Investigação e Intervenção Social

Setembro, 2021

Agradecimentos

Com a finalização deste trabalho, encerra-se um ciclo académico. A conclusão do mesmo, ainda que num ano tão dispare dos anteriores, não seria possível sem o apoio de algumas pessoas a quem estou profundamente grata. Aqui, gostaria de expressar o meu agradecimento pois, sem vocês, nada disto seria possível.

À minha família, por estar ao meu lado em todos os momentos desta viagem. Gostaria de deixar o meu agradecimento individual a cada um de vocês: à minha mãe, por me ter ouvido durante os períodos mais difíceis, ao meu pai, por acreditar em mim mesmo quando eu não acreditei, e à minha irmã, por ser aquela que me centrou no universo nos momentos em que mais parecia estar à deriva. O meu mais profundo e sincero OBRIGADA!

Às minhas orientadoras, a Professora Maria Helena Santos e a Professora Miriam Rosa, por todo o apoio, orientação e por sempre se terem mostrado disponíveis para me ajudarem com todas e quaisquer dúvidas que surgiram ao longo deste processo, por mais pequenas que as mesmas pudessem parecer.

A todos e a todas os/as participantes que, com o seu contributo, possibilitaram a realização deste projeto.

Ao Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, por me ter acolhido durante os dois últimos anos da minha vida académica.

Resumo

Baseada na abordagem da ideologia dos papéis de género, esta dissertação integra uma investigação realizada numa perspetiva quantitativa que procurou estudar como é que pessoas heterossexuais, a viver em casamento ou em união de facto, com ou sem filhos/as, concretizavam a divisão do trabalho não pago durante a pandemia de Covid-19. Ao mesmo tempo, pretendeu também verificar se o estado civil e a presença de crianças com idade igual ou inferior a 15 anos influenciaram a relação entre o sexo dos/as participantes e a divisão do trabalho não pago, assim como se a ideologia dos papéis de género ajudou a explicar a relação anteriormente referida.

Foi criado um questionário na plataforma *Qualtrics* e divulgado nas redes sociais e via *e-mail*. Participaram 355 pessoas no estudo, com idades a variarem entre os 20 e os 72 anos ($M = 45.47$; $DP = 10.78$).

Os resultados sugeriram que as mulheres executavam a maioria do trabalho não pago, dedicando mais horas por semana ao mesmo, comparativamente aos homens. O estado civil e a presença de crianças com idade igual ou inferior a 15 anos de idade não intensificaram a relação entre o sexo dos/as participantes e a divisão do trabalho não pago e a ideologia dos papéis de género não foi responsável por mediar a relação entre o sexo dos/as participantes e a divisão do trabalho não pago. Assim, a principal conclusão do estudo remete para permanência das desigualdades entre homens e mulheres na esfera privada.

Palavras-chave: Sexo, estado civil, crianças, ideologia dos papéis de género, trabalho não pago.

Códigos de classificação APA: 2950 Marriage & Family; 2970 Sex Roles & Women's Issues

Abstract

Based on the gender role ideology approach, this dissertation integrates a quantitative research that sought to study how heterosexual people living in marriage or in a cohabitation, with or without children, realized the division of unpaid work during the Covid-19 pandemic. At the same time, it also sought to verify whether the marital status and the presence of children aged 15 or under influenced the relationship between sex of the participants and the division of unpaid work as well as whether gender role ideology helped explain the relationship mentioned above.

A questionnaire was created on the *Qualtrics* platform and later made public on social networks and via *e-mail*. 355 people were enrolled in the study, ranging in age from 20 to 72 years ($M = 45.47$; $SD = 10.78$).

The results suggested that women performed most of the unpaid work, devoting more hours per week to it compared to men. Marital status and the presence of children aged of 15 or under did not intensify the relationship between sex of the participants and the division of unpaid work and gender role ideology was not responsible for mediating the relationship between sex of the participants and the division of unpaid work. Thus, the main conclusion of the study refers to the permanence of inequalities between men and women in the private sphere.

Keywords: Sex, marital status, children, gender role ideology, unpaid work.

APA's classification codes: 2950 Marriage & Family; 2970 Sex Roles & Women's Issues

Índice Geral

Introdução.....	1
Capítulo I. Revisão de Literatura	3
1.1. Enquadramento.....	3
1.2. Definição de trabalho não pago.....	4
1.3. Divisão do trabalho não pago – Algumas abordagens teóricas.....	5
1.3.1. Abordagem dos recursos relativos	6
1.3.2. Abordagem da disponibilidade temporal	7
1.3.3. Abordagem da ideologia dos papéis de género	7
1.3.4. Abordagem da construção de género	8
1.4. Relação entre variáveis.....	10
1.4.1. Género e a divisão do trabalho não pago.....	10
1.4.1.1. Em termos de horas despendidas.....	11
1.4.1.2. Em termos de atividades.....	12
1.4.2. Género, estado civil e divisão do trabalho não pago	14
1.4.3. A presença de crianças e o trabalho não pago	18
1.4.4. O papel da ideologia dos papéis de género	20
1.4.5. Sexo e ideologia dos papéis de género	21
1.4.6. Ideologia dos papéis de género e divisão do trabalho não pago.....	22
1.5. Objetivos, hipóteses de estudo e modelo de investigação.....	27
Capítulo II. Método	31
2.1. Participantes	31
2.2. Procedimento.....	32
2.3. Instrumentos	33
2.3.1. Divisão do trabalho não pago.....	33
2.3.2. Ideologia dos papéis de género	33
2.4. Estratégia Analítica	34
Capítulo III. Resultados.....	37
3.1. Estatística descritiva e correlações	37
3.2. Testes de hipóteses	38
Capítulo IV. Discussão e Conclusão	43
4.1. Limitações	46
4.2. Sugestões para investigação futura.....	46
4.3. Considerações finais.....	47
Fontes	49
Referências	51
Anexo	59

Índice de quadros

Quadro 2.1. Situação profissional dos/as participante e do seu cônjuge ou companheiro/a.....	32
Quadro 3.1. Médias, desvios-padrão e correlações de <i>Pearson</i> e <i>Spearman</i>	38

Índice de figuras

Figura 1.1. Representações dos modelos teóricos a testar.....	28
Figura 3.2. Ilustração do modelo estatístico, os seus efeitos e os seus valores (tarefas domésticas).....	40
Figura 3.3. Ilustração do modelo estatístico, os seus efeitos e os seus valores (tarefas de cuidado).....	41

Glossário de Siglas

APA – *American Psychological Association*

AWS – *Attitudes Toward Women Scale*

EIGE – *European Institute for Gender Equality*

EUA – Estados Unidos da América

INE – Instituto Nacional de Estatística

RU – Reino Unido

UE – União Europeia

Introdução

Relacionadas com os mais diversos tópicos, as questões subjacentes à temática da igualdade de género estão, ainda hoje, presentes na nossa sociedade, apesar dos avanços sentidos durante o século passado em direção à mesma (Santos et al., 2021).

No domínio do trabalho familiar, as mulheres continuam a assumir a maioria das obrigações domésticas e são elas que, por diversas vezes, estão encarregues de equilibrar uma profissão com a vivência familiar enquanto o aumento da contribuição masculina no mesmo âmbito é, ainda, entendida como diminuta para que seja possível alcançar um equilíbrio de género (Santos et al., 2021). De acordo com Shelton (2006), os padrões de tempo dedicado ao trabalho não pago e o género permanecem bastante relacionados, pelo que a repartição do tempo reservado para esse tipo de trabalho em termos de tarefas, a quantidade de tempo dedicado ao mesmo e os padrões de responsabilidade e cuidado, são, amplamente, definidos pelo género.

Quer estejam ou não empregadas, e comparativamente aos homens, as mulheres continuam a dedicar mais tempo aos afazeres domésticos, continuam a desempenhar o trabalho de cuidado do/a(s) filho/a(s), assim como assumem a maior parte da responsabilidade pelo mesmo (Shelton, 2006).

Mesmo em situações nunca antes experienciadas, como é o caso da pandemia de Covid-19, estes padrões continuam a existir-se. De acordo com a investigação recentemente conduzida por Santos et al. (2021), homens e mulheres com ou sem filhos/as, experienciaram, durante o período de confinamento – e que não se registou antes do mesmo - um aumento percebido do trabalho não pago, ainda que aqueles e aquelas com filhos/as pequenos/as tenham experienciado um aumento mais significativo, pelo que, uma redução da disparidade de género não foi capaz de ter ocorrido uma vez que tanto mulheres como homens sentiram um incremento da sua contribuição.

Tal como demonstrado previamente, ter filhos/as tem consequências ao nível do trabalho não pago. A presença de crianças, apesar de flutuações em termos do número e idade das mesmas, impacta significativamente no domínio do trabalho não pago e em todas as composições familiares onde se regista a existência de uma criança, quando contrastadas com lares onde estas não residem, é notória uma considerável alocação de tempo para o trabalho não pago (Craig & Bittman, 2008).

Quanto ao estado civil, Bianchi et al. (2000) indicaram que este afeta o número de horas domésticas, embora as suas implicações sejam diferentes para homens e mulheres. Tomando

como exemplo as mulheres casadas, comparativamente a mulheres solteiras ou coabitantes, estas dedicam mais tempo ao trabalho doméstico (Shelton, 2006).

Tem sido demonstrado pela literatura que a ideologia dos papéis de género (que se define como a forma como a pessoa se identifica relativamente aos papéis familiares e conjugais que estão, tradicionalmente, associados ao género), está associada à divisão do trabalho familiar (Greenstein, 1996). Neste sentido, Shelton (2006) indicou que, quanto mais igualitárias fossem as atitudes dos homens e das mulheres, a quantidade de trabalho doméstico que seria desempenhada pelos/as mesmos/as seria, respetivamente, maior e menor. Quanto à relação entre a ideologia e os trabalhos de cuidado, os estudos que demonstraram uma relação entre tais variáveis indicaram que pais com visões menos conservadoras tendiam a dedicar mais tempo ao cuidado infantil e às tarefas adjacentes ao mesmo (Davis & Greenstein, 2009).

Posto isto, a presente dissertação centra-se na temática da divisão do trabalho não pago e, em particular, nos des/equilíbrios de género existentes na esfera doméstica e dos cuidados durante a pandemia de Covid-19. Para tal, visa analisar a divisão/partilha do trabalho não pago entre homens e mulheres que se encontram numa relação heterossexual e a viver em situação de matrimónio ou numa união de facto. Também pretende verificar se o estado civil, a presença de crianças no agregado familiar e a ideologia dos papéis de género podem influenciar a relação entre o sexo e a divisão do trabalho não pago.

A respeito da estrutura da dissertação, esta centrar-se-á em quatro capítulos. O primeiro capítulo irá conter a revisão de literatura sobre a temática em análise, de maneira a enquadrar o tema, definir alguns conceitos e dar a conhecer a forma como as variáveis em estudo se conjugam entre si. Os aspetos metodológicos são discutidos no segundo capítulo onde será apresentada a amostra analisada, os instrumentos utilizados para a análise das variáveis em estudo, bem como o procedimento de recolha de dados. O terceiro capítulo englobará a apresentação dos resultados obtidos. O quarto, e último capítulo, irá incidir sobre a discussão e conclusão dos resultados alcançados, as principais limitações do estudo, as sugestões de investigação futuras e as considerações finais.

Capítulo I. Revisão de Literatura

1.1. Enquadramento

De acordo com Kroska (2004) e Smart et al. (2017), a participação feminina na esfera laboral registou um aumento considerável ao longo das últimas décadas. Os países ocidentais e da União Europeia (UE), tal como Portugal, enfrentaram uma panóplia de modificações demográficas (e.g., aumento do número de divórcios) que coocorreram com o aumento do número de mulheres a ingressar no mercado de trabalho (Torres, 2008). A grande maioria das mulheres, onde se incluíram aquelas com filhos/as menores, desempenhavam funções em trabalhos remunerados (Kroska, 2004; Torres, 2008), contudo, o tempo doméstico masculino e feminino permaneceu diferenciado (Kroska, 2004).

O fenómeno da participação das mulheres na força laboral, ao invés de modificar substancialmente a divisão do trabalho na esfera familiar, originou aquilo que é intitulado de “*dupla jornada*” de trabalho, na medida em que, ao tempo de trabalho remunerado, se acrescenta o tempo alocado para os cuidados familiares e para as funções domésticas (Amâncio, 2007).

Segundo Coltrane (2000), a despeito das crenças os sobre os papéis adequados para mulheres e homens em contexto laboral terem sido objeto de alterações consideráveis ao longo das últimas décadas dos anos 90, os pressupostos acerca de quem deveria executar o trabalho familiar não pago foram alvo de modificações lentas e as alterações ao nível do comportamento doméstico sofreram alterações ainda mais demoradas.

O contributo masculino tem vindo a ser um pouco maior, comparativamente a décadas anteriores, porém, a divisão do trabalho doméstico foi vagarosa e menos marcada do que aquilo que era expectável (Coltrane, 2000). Perista (2002) referiu ainda que, apesar da orientação progressista do panorama legal e dos discursos masculinos bem-intencionados e das alterações tecnológicas domésticas (Brayfield, 1992), a célere e gradual aproximação da participação masculina e feminina no espaço laboral não teve um acompanhamento análogo por parte dos homens ao nível do trabalho não pago (Perista, 2002; Torres et al., 2011).

Mesmo que uma grande parte de mulheres e homens concorde com a partilha do trabalho familiar, poucos são os homens que assumem uma responsabilidade equilibrada pelos afazeres domésticos (Coltrane, 2000), o que se traduz em padrões de afetação dos tempos domésticos femininos e masculinos visivelmente discrepantes (Perista, 2002).

Perista (2002) referiu, igualmente, que não é apenas o tempo dedicado ao trabalho familiar que é bastante desigual mas são também os níveis de participação de homens e mulheres em

diferentes tarefas que se demonstram segregadas em termos de género, o que continua a ser um obstáculo à igualdade de género (Kan et al., 2011). Assim, o seio familiar apresenta-se, atualmente, como um ambiente de desigualdades, onde o tipo e o grau de contribuição masculina no trabalho de cuidado e nas tarefas domésticas são insuficientes para alcançar uma partilha de tempo equilibrada, em termos de género, no que diz respeito ao trabalho não pago (Perista et al., 2016), que se encontra sobre a alçada feminina (Perista, 2002).

1.2. Definição de trabalho não pago

Dentro do universo do trabalho, é possível distinguir aquilo que é o trabalho pago e o trabalho não pago. O trabalho pago concerne o exercício das atividades profissionais pagas desenvolvidas no ambiente laboral, enquanto o trabalho não pago, que não contempla remuneração, corresponde à gestão do lar e à prestação de ajuda e cuidados a pessoas, sejam elas adultos, jovens ou crianças (Perista et al., 2016). O trabalho doméstico, assim como a atividade profissional, é uma peça substancial da vida dos indivíduos que é, inicialmente, vivenciada sobre a forma de tarefas na infância e que se estende durante a reforma (South & Spitze, 1994).

Em virtude da definição de trabalho não pago incluir aspetos como o trabalho de cuidado e os afazeres domésticos (Perista et al., 2016), é igualmente relevante proceder à sua definição. Para Lachance-Grzela e Bouchard (2010) e Shelton e John (1996), o trabalho doméstico tem sido descrito como o conjunto de tarefas não remuneradas realizadas para corresponder às necessidades dos elementos familiares ou manter os bens da família e/ou um lar. São atividades rotineiras que abrigam, cuidam, vestem e alimentam adultos e crianças (Coltrane, 2000).

De acordo com Perista et al. (2016), as tarefas domésticas incluem atividades como o cuidado da roupa (e.g., passar a ferro), a gestão de serviços administrativos e/ou comerciais (e.g., pagar a renda), atividades relacionadas com as refeições (e.g., cozinhar), a jardinagem, que engloba o tratamento de plantas de interior e/ou o cuidado de produtos hortícolas, o cuidado do lar (e.g., fazer a cama), as reparações domésticas, o tratar de animais domésticos, fazer compras e, ainda, ajudar outros agregados ao nível, por exemplo, da jardinagem, entre outros.

Por sua vez, o trabalho de cuidado envolve o cuidado de neto/a(s), filho/a(s) ou outra(s) criança(s) com idade inferior a 15 anos (e.g., higiene e alimentação), o tratar de pessoas adultas inerentes ao agregado familiar com incapacidade ou dependência, acompanhar outra(s) criança(s), neto/a(s) ou filho/a(s) com idade inferior a 15 anos a atividades diárias ou não (e.g., escuteiros), apoiar outros agregados (e.g., tomar conta de uma criança), providenciar acompanhamento escolar a filho/a(s), neto/a(s) ou outra(s) criança(s) com idade inferior a 15

anos (e.g., ajudar nos deveres escolares) e, finalmente, brincar, ler e conversar com neto/a(s), outra(s) criança(s) ou filho/a(s) com idade inferior a 15 anos (Perista et al., 2016).

As tarefas domésticas podem, ainda e frequentemente, ser divididas em dois grupos: as tarefas intermitentes e as tarefas rotineiras e, começando pelas tarefas intermitentes, estas são mais flexíveis, são executadas ocasionalmente, são menos temporalmente exigentes e aqui podem incluir-se as reparações domésticas e a manutenção do jardim e do carro, pelo que são funções estereotipicamente masculinas (Barstad, 2014; Lachance-Grzela & Bouchard, 2010).

Por seu turno, as tarefas rotineiras são, por norma, ocupações estereotipicamente femininas, são altamente exigentes ao nível dos recursos temporais, são atividades contínuas e aqui incluem-se tarefas como o cozinhar e a limpeza após as refeições (Lachance-Grzela & Bouchard, 2010). As mulheres não se responsabilizam apenas pela maior porção do trabalho doméstico mas realizam quase na totalidade, os trabalhos estereotipicamente femininos que se apresentam como afazeres que requerem uma execução mais periódica e um maior dispêndio de tempo por comparação às tarefas estereotipicamente masculinas (Poeschl, 2010).

Para além desta classificação das tarefas, alguns autores/as acrescentam uma terceira categoria, as tarefas neutras em termos de género, quando nem mulheres nem homens executam predominantemente uma determinada atividade, podendo aqui incluir-se tarefas como conduzir ou pagar as contas (Coltrane, 2000).

1.3. Divisão do trabalho não pago – Algumas abordagens teóricas

Diferentes explicações têm sido identificadas para justificar de que forma ocorre a divisão do trabalho doméstico e do trabalho de cuidado e, frequentemente, são utilizadas três principais abordagens, que são: i) a abordagem dos recursos relativos; ii) a abordagem da disponibilidade temporal; e iii) a abordagem das teorias de género que englobam a teoria da ideologia dos papéis de género e a teoria de construção de género (Sahl, 2015).

Coltrane e Ishii-Kuntz (1992) referiram que as hipóteses oriundas das abordagens apresentadas apenas receberam apoio parcial por parte dos estudos outrora realizados assim como as incertezas derivadas desses mesmos estudos não foram solucionadas. Já Lachance-Grzela e Bouchard (2010) referiram que, de um modo geral, a literatura tem demonstrado que a partilha dos afazeres domésticos sofre a interferência de uma panóplia de fatores, sendo que a disponibilidade temporal, a ideologia dos papéis de género e os recursos relativos são preditores cruciais acerca da lacuna de género no domínio do trabalho não pago. Também Shelton (2006) indicou que nenhuma das abordagens, seja ela combinada com outra(s)

abordagem(ens) ou a solo, é/são capazes de explicar integralmente os padrões de divisão do trabalho doméstico.

Assim, Lachance-Grzela e Bouchard (2010) referiram acreditar que nenhuma abordagem fornecia, ainda, uma explicação evidente para a razão pela qual, mesmo quando apresentavam qualidades favoráveis a uma divisão do trabalho doméstico mais equilibrada, as mulheres tinham a seu cargo a maioria do trabalho familiar, tendo então concluído que a divisão das tarefas domésticas era um processo elaborado, que poderia ser melhor compreendido com recurso à combinação das abordagens teóricas referidas. Um estudo exemplificativo desta situação é aquele que foi conduzido por Coltrane e Ishii-Kuntz (1992), na media em que foi encontrado suporte parcial para todas as abordagens mencionadas anteriormente.

1.3.1. Abordagem dos recursos relativos

De acordo com Asare (2019), a abordagem dos recursos relativos defende que a divisão do trabalho doméstico é um produto resultante de um processo de negociação entre os parceiros, onde os seus recursos relativos se assumem como fatores importantes no processo de negociação, ou seja, esta negociação ocorre em torno de certos *inputs* (e.g., rendimentos) e resultados (e.g., quem executa o trabalho doméstico) (Greenstein, 1996).

À luz desta abordagem, os recursos socioeconómicos dotam o/a parceiro/a de um poder interpessoal (Kroska, 2004), pelo que aquele/a que possui um maior número de recursos terá, conseqüentemente, mais poder e irá usufruir de tais recursos para negociar a sua saída desse trabalho (Davis et al., 2007; Knudsen & Wærness, 2008; Kroska, 2004). Deutsch et al. (1993), referiram que o trabalho doméstico, incluindo o cuidado infantil, realizado pelo homem seria tanto menor quanto maior fosse a diferença entre ele e o seu cônjuge, em termos de recursos económicos, e que essa diferença o beneficiasse.

Poeschl (2010) referiu, ainda, que tal perspetiva indica que é dada a possibilidade de escolha aos homens entre participar, ou não, nas obrigações familiares devido ao poder que lhes é concedido pelos recursos (e.g., educação, estatuto profissional e honorários) que providenciam à família.

Adicionalmente, esta abordagem assenta na premissa de que o trabalho doméstico é algo desagradável, preferencialmente evitado (Carriero & Todesco, 2018; Davis et al., 2007; Lachance-Grzela & Bouchard, 2010; Sabbah-Karkabi, 2020), visto como algo negativo e que as pessoas se sentem motivadas para minimizarem a sua parte no mesmo (Shelton & John, 1996).

1.3.2. Abordagem da disponibilidade temporal

Para a explicação da divisão do trabalho doméstico, a perspetiva da disponibilidade temporal defende que os membros familiares irão dividir o trabalho doméstico consoante o tempo que têm disponível para tal (Davis et al., 2007; Davis & Wills, 2014). Desta forma, o/a parceiro/a com mais tempo disponível realizará uma maior quantidade de afazeres domésticos (Afonso & Poeschl, 2006; Blair & Litcher, 1991). É uma abordagem que tem como foco a forma como o tempo dos membros da família é distribuído entre o trabalho doméstico e o trabalho profissional (Greenstein, 1996).

O pressuposto da abordagem da disponibilidade temporal, para além de uma alocação racional do tempo, diz respeito à quantidade de tempo que é gasto nas obrigações domésticas decorrer do tempo disponível para a realização de outras atividades (Knudsen & Wærness, 2008). Segundo Coltrane (2000), esta perspetiva indica que, quanto maior for o tempo dedicado ao trabalho pago, menor será o tempo dedicado às obrigações domésticas e, de facto, Poeschl (2010) mencionou que a participação masculina nos afazeres familiares era reduzida em virtude das horas que dedicavam à sua profissão.

1.3.3. Abordagem da ideologia dos papéis de género

Segundo Lachance-Grzela e Bouchard (2010) e Davis e Wills (2014), esta perspetiva ergue-se com base no pressuposto de que a ideologia demonstrada pelas pessoas se localiza ao longo de um espectro que se estabelece entre uma visão conservadora, onde é dada preferência a uma lógica homem provedor/mulher “dona de casa”, até a uma visão igualitária que concebe ambos os elementos como iguais e que o trabalho realizado dentro e fora de casa é partilhado de forma mais igualitária. De acordo com Carriero e Todesco (2018), mulheres igualitárias, que executam menos obrigações domésticas, consideram que as tarefas domésticas devem ser igualmente divididas entre homens e mulheres, enquanto mulheres que demonstram ideologias tradicionais executam uma maior parte do trabalho doméstico pois acreditam que a execução de tais tarefas é algo que integra a sua identidade feminina, ao passo que o contrário é verdadeiro para os homens, mas com efeitos opostos, ou seja, homens conservadores realizam menos tarefas domésticas, enquanto homens igualitários executam mais deste tipo de atividades.

Para Poeschl (2010), a abordagem da ideologia dos papéis de género sugere que a divisão desequilibrada do trabalho doméstico é motivada pela internalização de crenças a respeito dos papéis familiares que defendem que, na esfera doméstica, os homens devem desempenhar menos tarefas do que as mulheres.

É nos primeiros anos de vida que as identidades de género são contruídas pelos homens e mulheres e, adicionalmente às mesmas, são construídas ideologias de género que irão moldar as suas expectativas acerca dos comportamentos e papéis adequados para os/as mesmos/as num sentido mais lato, ideologias estas que variam entre um polo tradicional, que delimita expectativas díspares para mulheres e homens, e um polo mais igualitário (Taylor et al., 2015). É por via de processos de socialização que são adquiridas atitudes acerca dos papéis de género, onde se incluem as preferências acerca de como homens e mulheres se devem comportar sendo que, aquando da entrada na idade adulta, a grande maioria dos/as mesmos/as comportar-se-ão de acordo com a ideologia à qual foram expostos/as e, em termos do trabalho doméstico, aqueles/as que absorveram uma ideologia tradicional irão encenar uma divisão do trabalho doméstico conservadora, enquanto os/as seus/suas homólogos/as, que apresentam crenças mais igualitárias, irão encenar uma divisão mais equilibrada (Nordenmark, 2004).

Davis e Wills (2014) referiam que as hipóteses decorrentes desta abordagem defendem a existência de uma relação inversa entre a colaboração masculina ao nível do trabalho doméstico e uma ideologia mais tradicional. A reduzida cooperação doméstica dos homens é justificada pela sua aderência aos papéis tradicionais, segundo os quais o homem deverá estar encarregue de ter um emprego para providenciar à sua família, enquanto a mulher poderá permanecer em casa para realizar os afazeres domésticos e cuidar das crianças (Afonso & Poeschl, 2006). Ao nível do cuidado, pais com visões menos clássicas demonstram um maior envolvimento no cuidado infantil (Bulanda, 2004; Deutsch et al., 1993).

De acordo com Erickson (2005), esta abordagem considera que uma ideologia mais conservadora fortalece uma divisão do trabalho onde as mulheres executam a maioria do trabalho tradicionalmente feminino, como são exemplo o cuidado infantil e o trabalho doméstico.

Sintetizando, famílias cujas ideologias tendem mais para o conservadorismo irão distribuir uma maior porção do trabalho não pago para as mulheres enquanto famílias cujas ideologias tendem mais para o igualitarismo irão distribuir igualmente o trabalho não pago por homens e mulheres (Sahl, 2015).

1.3.4. Abordagem da construção de género

Perante o falhanço dos três principais preditores como das teorias económicas neoclássicas para esclarecer como ocorre a divisão do trabalho doméstico, foi a partir dos anos 90 do século passado que os/as investigadores/as se orientaram para teorias que incluíssem o género nas suas

dimensões de performance e simbólica, pelo que as teorias da construção de género sugerem que as pessoas executam diferentes obrigações pois a realização das mesmas permite afirmar e reproduzir os seus “*gender selves*” (Coltrane, 2000), ou seja, as suas identidades de género são demarcadas por via do trabalho doméstico (Gupta, 1999). A divisão do trabalho assim como a execução de atividades diárias retrata o género como uma categoria social que fortalece atitudes, papéis e identidades femininos e masculinos (Lewin-Epstein et al., 2006).

Esta visão propõe que as abordagens previamente apresentadas não consideram, devidamente, as variações existentes na esfera do trabalho doméstico, pois não têm em conta os significados de género de esposas e maridos que advém da execução do trabalho familiar (Erickson, 2005). Esta abordagem é semelhante à da ideologia de género, porém, nega o pressuposto de que os indivíduos desenvolvem personalidades fortemente ligadas ao género ou são imediatamente socializados para firmes papéis de género ou atitudes relativamente determinadas (Coltrane, 2000).

Segundo West e Zimmerman (1987), o género é visto como uma “*routine accomplishment embedded in everyday interaction*” (p. 125), isto é, é reproduzido e afirmado de forma perpetuada pelas pessoas por meio das suas interações com terceiros (Gupta, 1999). Tal como foi avançado por Bianchi et al. (2000) e por Robinson e Milkie (1998), esta abordagem tem como foco o pressuposto de que o trabalho doméstico não apresenta um significado neutro mas é a sua execução que auxilia a expressão e a definição das relações de género no seio familiar. Assim, os homens exibem a sua masculinidade através da renúncia à execução do trabalho doméstico enquanto o oposto ocorre para as mulheres, ou seja, estas expõem a sua feminilidade por via da realização das mesmas atividades (Poeschl, 2010).

Esta abordagem coloca as mulheres em desvantagem em termos domésticos, pois o tempo das mesmas é despendido em tarefas menos agradáveis, que estão mais sujeitas às exigências e caprichos de outros elementos familiares e quando o trabalho doméstico se torna necessário, tal como o trabalho extra que é gerado pela existência de crianças, são as mulheres que arranjam tempo para o mesmo (Bianchi et al., 2000).

1.4. Relação entre variáveis

1.4.1. *Gênero e a divisão do trabalho não pago*

Tal como mencionado previamente, o núcleo familiar gera, ainda, desequilíbrios entre mulheres e homens e onde o *input* masculino não permite alcançar uma partilha equilibrada do trabalho não pago em termos de género (Perista et al., 2016). De acordo com Bartley et al. (2005), o mundo laboral encontra-se reservado aos homens enquanto o trabalho familiar é um campo tradicionalmente feminino, porém, o aumento da participação feminina no mercado de trabalho trouxe consigo uma diminuição do tempo livre para a família e aumentou a necessidade de conciliar as obrigações familiares e as exigências profissionais.

Os homens concebem os trabalhos domésticos como uma responsabilidade primária de filhas, mães, empregadas e esposas ao passo que as mulheres, regra geral, sentem-se obrigadas a executar esses mesmos trabalhos (Coltrane, 2000). As mesmas estão encarregues, consideram-se e são consideradas como as principais responsáveis pela atividade parental (Poeschl, 2010) e assumem o compromisso de vigiar e controlar o trabalho familiar mesmo quando transferem estas atividades ou pagam por serviços domésticos (Coltrane, 2000). Segundo Newell (1993), os homens desejam e esperam que sejam as suas companheiras/esposas a assumir o domínio doméstico e, ao nível do cuidado infantil, esperam também que sejam elas a providenciar cuidados durante o período de férias escolares, que tirem folgas para cuidar dos/as filhos/as quando estes/as estão doentes e que regressem a casa para cuidar dos/as mesmos/as.

Assim, comparativamente aos homens e enquanto casal, as mulheres assumem com maior frequência o encargo doméstico e têm maior responsabilidade pelo encargo infantil, sentindo-se, assim, mais sobrecarregadas, ao mesmo tempo que, em muitas situações, também desempenham funções numa atividade profissional (Torres et al., 2011).

1.4.1.1. Em termos de horas despendidas. No que toca às horas despendidas em atividades domésticas, os resultados são diversificados, no entanto, todos convergem para a mesma conclusão. Por exemplo, Davis et al. (2007) referiram que os homens gastavam semanalmente cerca de 9 horas, em média, comparativamente às aproximadamente 21 horas gastas, em média, pelas mulheres; South e Spitze (1994), por sua vez, referiram que as mulheres reportaram gastar cerca de 33 horas por semana em afazeres domésticos, em comparação com as cerca de 18 horas reportadas pelos homens e Evertsson (2014) referiu que, ao nível de tarefas como cozinhar, limpar e outras semelhantes, as mulheres gastavam cerca de 15 horas ao passo que os homens gastavam apenas 9 horas nas mesmas atividades enquanto o cuidado infantil era distribuído de forma semelhante por ambos.

Em Portugal, os dados recolhidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), em 1999, sugerem igualmente a preponderância feminina no contexto doméstico: nesse ano, as mulheres dedicavam 5 horas ao trabalho não pago e 7 horas ao trabalho pago, enquanto os homens dedicavam quase 2 horas ao trabalho não pago e por volta de 8 horas ao trabalho pago (INE, 2009). Estes dados parecem ser corroborados pela investigação de Cunha e Atalaia (2019), que revelou que, nos 18 países analisados, o papel masculino destacava-se no mercado laboral e o papel feminino sobressaía na esfera doméstica (despendiam, em média e por semana, cerca de 9 horas nas obrigações domésticas e 15 horas no cuidado). Ainda nesta linha, encontraram-se os resultados obtidos por Torres et al. (2005), que indicaram igualmente que as mulheres eram o elemento responsável pelo cuidado dos/as filhos/as e de outros familiares, bem como pelo trabalho doméstico, ocupando por volta de 4 horas diárias para tais atividades enquanto os homens apenas ocupavam sensivelmente 1 hora nas mesmas tarefas, o que permitiu referir que “em Portugal, as mulheres realizam a quase totalidade do trabalho não remunerado, mesmo trabalhando no exterior aproximadamente o mesmo número de horas do que os homens” (p. 111).

Numa perspetiva longitudinal, o padrão de assimetria entre homens e mulheres persistia. Sayer (2005), por exemplo, concluiu que as mulheres continuavam a executar menos trabalho remunerado e mais trabalho não remunerado, apesar das diferenças entre elas e os homens terem reduzido significativamente entre as décadas de 60 e 90 em ambas as tipologias de trabalho. Mais recentemente, Amâncio e Correia (2019) demonstraram que, em 2002, a diferença de horas declaradas pelos homens (7 horas) e pelas mulheres (cerca de 26 horas) era de aproximadamente 19 horas, enquanto que, em 2014, essa diferença diminuiu para um pouco mais de 16 horas, com as mulheres a declararem cerca de 25 horas comparativamente às aproximadamente 8 horas declaradas pelos homens, pelo que “observa-se o padrão

regularmente evidenciado pela investigação e marcado por uma grande diferença entre mulheres e homens nas horas que declaram gastar em tarefas domésticas” (p. 82).

1.4.1.2. Em termos de atividades. Analisando este desequilíbrio, em termos do tipo de tarefas executadas, Kan et al. (2011) referiram que mulheres e homens assumiam diferentes tarefas, isto é, os homens tendiam a gastar o seu tempo em trabalho não rotineiro enquanto as mulheres estavam encarregues pela grande maioria de tarefas de cuidado e domésticas. As conclusões de Newell (1993), semelhantes às anteriormente apresentadas, referiram que as mulheres assumiam, de um modo geral, um maior compromisso pela gestão diária do lar e que os homens mantiveram, de forma significativa, uma interpretação conservadora a respeito de como os afazeres domésticos deveriam ser divididos, fazendo da organização diária do lar um dever feminino, sendo que este conservadorismo predominava mesmo em lares onde as mulheres estavam empregadas a tempo inteiro.

De forma semelhante, em Portugal, Perista (2002) referiu que as tarefas domésticas continuavam a ser da responsabilidade feminina, na medida em que eram as mulheres que se certificavam repetidamente de tarefas como o cuidado da roupa, a preparação de refeições e a limpeza da casa e eram as atividades de tipo rotineiro que, para além de exigirem mais tempo para a sua execução, também estavam sujeitas a uma maior diferenciação de género onde 17% e 27% dos homens eram responsáveis por cuidar do lar e por cozinhar, respetivamente, enquanto 76% e 86% das mulheres participavam nas mesmas tarefas, respetivamente.

A participação masculina foi, segundo Perista (2002), superior à feminina em atividades como o cuidado de animais, atividades administrativas, cultivo e jardinagem e reparações/construções ao passo que a realização de compras foi igualmente diferenciada: a compra de bens de consumo perpetuado registou uma participação mais simétrica, com uma ligeira primazia masculina, e a compra de produtos de utilização recorrente eram da incumbência das mulheres.

Para além das obrigações domésticas, Perista (2002) abordou o cuidado infantil e referiu que este (acompanhamento escolar, prestação de cuidados diários como a higiene diária e o acompanhamento ao médico ainda que em menor frequência) foi, maioritariamente, assegurado por mulheres e tarefas como o acompanhamento a atividades de lazer, desportivas, entre outras, foram “igualmente sobrefeminizadas, mas com diferenças entre homens e mulheres menos pronunciadas” (p. 461). Torres (2008) concluiu igualmente que as tarefas domésticas das mulheres englobavam o cuidado dos/as mais novos/as bem como dos idosos/as.

Foi, ainda, avançado por Torres et al. que, em 2005, se constatava um mercado de desequilíbrio na sociedade portuguesa, onde os homens estavam responsáveis pela jardinagem, pelos assuntos financeiros e burocráticos, pelo *bricolage* e pela manutenção automóvel e as mulheres estavam responsáveis pela roupa, pelas tarefas referentes ao lar, pelos cuidados e pela alimentação. Os resultados obtidos por Torres (2008) suportaram os anteriormente mencionados, uma vez que a participação masculina ultrapassou os 50% apenas em atividades de reparação automóvel e tarefas administrativas e os mesmos participavam em algumas das tarefas “negociáveis”, tais como a preparação de refeições, enquanto as mulheres executaram entre 75% a 100% de outras tarefas (e.g., limpar a casa).

“Não é pelo facto de exercerem profissão que as mulheres deixam de realizar a quase totalidade das tarefas domésticas, enquanto os homens apenas colaboram numa pequena parte” referiu Torres et al. (2005, p. 119) e, de acordo com Ferree (1991), casais onde ambos os membros estavam empregados, a divisão do trabalho continuava a apresentar uma lógica tradicional onde o emprego estava maioritariamente atribuído aos maridos e o trabalho não pago estava maioritariamente atribuído às mulheres. Tais conclusões contrariam a tendência esperada, na medida em que a presença das mulheres no mundo laboral não significou uma maior participação masculina nas tarefas domésticas (Torres et al., 2005). Os resultados obtidos por Brayfield (1992) indicaram que, independentemente da sua situação laboral, as mulheres canadianas tinham um maior dever para com as tarefas femininas analisadas (e.g., preparação de refeições), comparativamente àquele que era evidenciado pelos homens canadianos.

Também Torres et al. (2011) indicaram que, tal como mencionado anteriormente, as mulheres portuguesas eram responsáveis por tarefas de cuidado e domésticas quase na sua totalidade, mesmo quando trabalham fora de casa quase o mesmo número de horas que os homens, enquanto estes “*tend to give a hand here and there*” (p. 27), e as tarefas que mais tendiam a realizar prendiam-se com atividades exteriores à casa embora executassem algumas atividades dentro de casa, tais como ajudar com a limpeza, lavar a loiça e o cuidado infantil.

Smart et al. (2017), que analisaram homens e mulheres homossexuais e heterossexuais, referiram que em lares heterossexuais ocorria uma clara divisão do trabalho doméstico, onde as mulheres continuavam a executar, em média, uma porção significativa do trabalho doméstico.

Quando são comparados/as participantes de diferentes países/regiões, o padrão de maior responsabilidade feminina parece manter-se. De facto, os resultados de Batalova e Cohen (2002) revelaram que, nos 22 países analisados, as mulheres realizavam mais trabalhos domésticos rotineiros do que os homens, enquanto Geist (2005), que utilizou uma amostra de

participantes casados/as e coabitantes provenientes de 10 sociedades industrializadas, concluiu que prevalecia o padrão onde as mulheres tinham a seu cargo os afazeres domésticos.

Na sua investigação, realizada em 2002, Perista destacou um aspeto relevante, os/as recipientes do trabalho doméstico, tendo referido que o proveito dos restantes elementos familiares tendia a orientar a participação das mulheres nas tarefas domésticas e o benefício próprio tendia a pautar o desempenho masculino nas mesmas tarefas.

Assim, a divisão desigual do trabalho demonstra que, à medida que as mulheres começaram a proliferar em territórios tipicamente masculinos, os homens continuavam claramente a evitar a partilha do trabalho que se prendia com o domínio privado (Torres, 2008).

1.4.2. Género, estado civil e divisão do trabalho não pago

De acordo com South e Spitze (1994), o casamento implica um conjunto de alterações que são responsáveis pelo aumento do trabalho doméstico, onde estão englobadas a posse de uma casa e a parentalidade, porém, pode também suscitar o aumento do trabalho doméstico por razões menos concretas, pois, subjacente à parentalidade e ao matrimónio encontram-se as responsabilidades pelo bem-estar de terceiros, que, provavelmente, se espelham em padrões de nutrição e limpeza mais elevados e que, conseqüentemente, acarretam uma maior alocação de tempo para o trabalho doméstico. É discutido que a entrada na parentalidade ou no casamento conduz as pessoas a executarem diferentes quantidades e tipos de trabalhos domésticos daqueles que desempenhavam quando viviam noutros contextos familiares (Cunningham, 2001).

Baxter (2005) referiu que o estado civil era um fator significativo para o envolvimento nos afazeres domésticos mesmo quando diferenças de carácter sociodemográfico eram constantes, embora o mesmo operasse de forma diferente para mulheres e homens (Bianchi et al., 2000). Coltrane (2000) referiu que a investigação tem demonstrado que, quando as suas esposas entram na maternidade e quando contraem matrimónio, os homens reduzem o seu contributo doméstico enquanto as mulheres, quando entram na parentalidade e quando se casam, aumentam o seu desempenho doméstico. Gupta (1999), que procurou averiguar os efeitos da transição do estado civil no trabalho doméstico, concluiu que os homens reduziam o seu tempo doméstico quando entraram em situações de casamento e coabitação ao mesmo tempo que as mulheres aumentaram a sua contribuição doméstica nas mesmas circunstâncias e o inverso ocorria para os/as mesmos/as quando saíam de relações matrimoniais e coabitantes. Tais conclusões a respeito da participação masculina nas obrigações domésticas, poderiam ser, pelo

menos parcialmente, refutadas pela investigação de Sayer (2005), uma vez que, no ano de 1998, mulheres e homens casados/as aumentaram o tempo reservado para o trabalho doméstico.

O estudo de Mannino e Deutsch (2007), que utilizou uma amostra de participantes casados/as, sugeriu que em termos da divisão do cuidado infantil e do trabalho doméstico, as mulheres desempenhavam maioritariamente essas atividades comparativamente aos seus cônjuges, e que tal desequilíbrio permaneceu ao longo do estudo conduzido. Já Bartley et al. (2005), que também analisaram participantes que viviam em situação de matrimónio, salientaram a permanência de uma divisão doméstica de cariz tradicional, onde as mulheres gastaram semanalmente 34 horas em tarefas domésticas enquanto os seus consortes gastaram mais de 20 horas por semana, em média, nas mesmas atividades. De forma semelhante, Bianchi et al. (2000) referiram a permanência da segregação de tarefas, com as esposas a desempenharem maioritariamente as atividades tipicamente femininas enquanto os maridos continuavam a atender tarefas domésticas mais secundárias. As conclusões anteriores poderiam ser contrapostas pelas de Baxter et al. (2008), que referiram que, independentemente do seu estado parental e civil, as mulheres dedicavam, em média e relativamente aos homens, uma quantidade considerável de horas em trabalho doméstico.

Mulheres casadas dedicavam mais tempo e realizavam mais afazeres domésticos do que os seus esposos (Bianchi et al., 2000; Sayer & Fine, 2011), não obstante da aceitação dos papéis conjugais partilhados e da entrada massificada da mulher no mundo profissional (Sayer & Fine, 2011) e das mesmas se encontrarem empregadas (Bianchi et al., 2000). Shelton e John (1993) concluíram que o estado civil era um fator decisivo no que concerne ao tempo doméstico para mulheres, mas não para homens, sendo que as mulheres casadas executaram uma maior quantidade de afazeres domésticos do que as suas semelhantes coabitantes enquanto, para os homens, o matrimónio não afetou de forma relevante o seu tempo doméstico. Já Barg e Beblo (2012) concluíram, por sua vez, que, casais alemães recém casados apresentavam, ao nível do consumo do tempo, uma maior especialização intradomiciliar do que casais coabitantes. Por seu turno, South e Spitze (1994) referiram que as diferenças, em termos de horas domésticas, entre cônjuges eram substancialmente maiores do que aquelas entre os seus semelhantes que se encontravam nos outros estados civis analisados, sendo que o número de horas que mulheres casadas alocavam para as atividades domésticas aproximava-se a uma semana de trabalho a tempo completo. No entanto, mulheres que viviam noutras circunstâncias que não contemplavam um parceiro também dedicavam, semanalmente, 20 a 30 horas em atividades domésticas, o que permitiu indicar que as diferenças de género estão presentes em todos os estados civis embora mais salientes em matrimónios (South & Spitze, 1994).

Domínguez-Folgueras (2012) indicou que o tempo total dedicado às obrigações domésticas diferia não só entre estados civis mas também entre mulheres e homens, onde homens coabitantes dedicavam menos tempo aos afazeres domésticos do que os seus equivalentes casados, o que contrastou com os resultados obtidos por Davis et al. (2007), que referiram que homens coabitantes faziam uma maior e significativa quantidade do trabalho doméstico do que os casados. Quando eram consideradas determinadas atividades, homens coabitantes gastavam mais tempo em tarefas femininas e muito menos em tarefas ocasionais do que homens casados (Domínguez-Folgueras, 2012). Nesta linha, South e Spitze (1994) indicaram que, ao contrário dos seus análogos não casados, os homens casados despendiam muito pouco tempo em atividades femininas. Já Baxter (2005) referiu que, ainda que homens em união de facto realizassem menos trabalhos extrínsecos e mais trabalhos intrínsecos ao lar do que os seus equivalentes casados, não existiam diferenças entre os dois grupos ao nível do tempo dedicado ao trabalho doméstico, tendo despendido semanalmente cerca de 9 horas semanais aos trabalhos domésticos.

No que disse respeito à participação feminina, Kroska (2004) concluiu que os homens casados faziam uma maior porção do trabalho masculino enquanto as mulheres casadas executavam uma vasta porção do trabalho doméstico e, especialmente, tarefas femininas. Por sua vez, os resultados obtidos por Denmark et al. (1985) revelaram que as mulheres casadas dedicavam, de forma significativa, um maior número de horas semanais em afazeres domésticos (cerca de 40 horas) por comparação aos seus consortes (aproximadamente 19 horas), posicionando-se na mesma linha que a autora previamente mencionada.

No caso de Bianchi et al. (2000), a alocação semanal total de tempo para o trabalho doméstico de mulheres casadas ultrapassou, em cerca de duas a três horas, aquela que foi evidenciada pela amostra total de mulheres analisadas. Comparativamente a mulheres casadas, mulheres em união de facto dedicavam, de forma significativa, menos horas por semana ao trabalho doméstico e realizavam consideravelmente menos trabalho interno ao lar (Baxter, 2005). Também Domínguez-Folgueras (2012) referiu que mulheres coabitantes tinham, constantemente, um menor envolvimento doméstico, em termos de horas, do que as mulheres casadas.

Considerando os dados previamente abordados, casais coabitantes comportam-se de forma mais equilibrada do que os cônjuges, apresentam expectativas mais igualitárias para os seus relacionamentos (Davis et al., 2007) e ao nível do trabalho familiar, apresentam uma distribuição mais simétrica, tanto em termos de qualidade (tipos de tarefas desempenhadas), como de quantidade (percentagem de carga doméstica) (Domínguez-Folgueras, 2012).

Próximas destas conclusões, estão os resultados de Bianchi et al. (2014), que indicaram que o tempo dedicado tanto às esferas pessoal e laboral por mulheres e homens coabitantes foi, de um grosso modo, mais homogêneo do que aquele que foi dedicado às mesmas circunstâncias pelos/as seus/suas homólogos/as casados/as.

Ainda que a distribuição de tarefas entre ambos os elementos do casal siga uma distribuição mais justa junto de casais coabitantes do que casados, a porção executada pelas mulheres foi superior a 70% em ambos os estados civis (Domínguez-Folgueras, 2012). Denmark et al. (1985) referiram também que embora a diferença, em termos de horas semanais dedicadas ao trabalho doméstico, tenha sido maior para consortes, mulheres não casadas reportaram despendar quase o dobro de horas em atividades domésticas do que os homens não casados. Tal é, de certa forma, concordante com as conclusões de South e Spitze (1994) a respeito da lacuna de género ao nível doméstico ser mais elevada em matrimónios, mesmo existindo noutros estados civis.

No que toca à relação entre o estado civil e o cuidado infantil, mães solteiras, comparativamente àquelas casadas, dedicavam menos tempo às suas crianças sendo que o seu menor envolvimento poderia ser justificado por aspetos como, entre outros, o nível educacional e a idade da criança, ou seja, o tempo que mães solteiras dedicariam ao cuidado do/a(s) seu/sua(s) filho/a(s) poderia ser igual ou superior àquele que foi dedicado por mães casadas se as mesmas fossem semelhantes nestas características (Kendig & Bianchi, 2008). Os resultados de Vernon (2010) evidenciaram que, em termos do cuidado infantil, mães casadas gastavam mais de 2 horas por dia em tais atividades, o que correspondeu a mais do dobro do tempo que todos os pais dedicavam e a meia hora a mais do que as mães solteiras despendiam nas mesmas tarefas.

Também Torres et al. (2005) indicaram que mulheres casadas dedicavam mais horas ao cuidado de crianças (um pouco mais de 9 horas semanais) do que mulheres sozinhas com filho/a(s) (por volta de 4 horas por semana). Já Christopher (2012) referiu que, independentemente das dissemelhanças existentes, as mães solteiras e casadas sentiam-se, em última instância, encarregues pelo bem-estar do/a(s) seu/sua(s) descendente(s) ainda que não passassem muito tempo com o/a(s) mesmo/a(s). De forma semelhante Sanik e Mauldin (1986) concluíram que as mães dedicavam uma porção de tempo equivalente à comunicação com o/a(s) seu/sua(s) filho/a(s) e a atenderem as necessidades emocionais do/a(s) mesmo/a(s) a despeito estarem, ou não, solteiras ou casadas e da sua situação profissional.

Kalenkoski et al. (2005, 2007) concluíram que progenitores coabitantes e casados não diferem na quantidade de tempo que dedicam aos cuidados que prestam aos seus/suas filhos/as,

porém, pais solteiros eram aqueles que mais tempo alocavam para os cuidados dos/as mesmos/as. De forma semelhante, González et al. (2010) encontraram fracos indícios de que os pais em uniões coabitantes, comparativamente àqueles em situação de casamento, utilizavam uma maior porção do tempo que os progenitores dedicavam às tarefas relativas ao cuidado infantil. Já Hohmann-Marriot (2011) indicou que, em termos do envolvimento parental no cuidado das crianças, pais que se casaram como resposta à situação de gravidez assim como pais não casados exibiam um maior nível de envolvimento do que pais que eram casados pré- gravidez. Contrariamente, Ono e Yeilding (2009) concluíram que, em comparação com pais coabitantes, pais casados gastaram mais tempo no cuidado infantil nos Estados Unidos da América (EUA) mas tal não ocorreu na Suécia.

1.4.3. A presença de crianças e o trabalho não pago

Segundo Torres et al. (2011), a existência de crianças na família desencadeia um conjunto de preocupações, responsabilidades, uma grande necessidade de “pensar mais à frente”, cansaço e trabalho, pois, ser pai/mãe nem sempre é considerado uma experiência sem adversidades e os relatos existentes demonstram as dificuldades associadas à parentalidade: as dificuldades relativas ao acompanhar o crescimento das crianças num mundo em constante mutação, o aumento do encargo financeiro, as responsabilidades e preocupações e o trabalho associado.

Quando nasce o/a primeiro filho/a, a família começa a dedicar tempo para acomodar o cuidado da criança (Craig & Bittman, 2008), de forma a incluir as novas e exigentes obrigações associadas à sua criação (Sanchez & Thomson, 1997). A presença de crianças conduz ao aumento do trabalho necessário para a construção de um lar sendo necessário, em particular, mais trabalho doméstico (Van der Lippe & Siegers, 1994). O nascimento do/a primeiro/a filho/a leva a uma atribuição de cerca de 11 horas diárias para os seus cuidados, partindo de um ponto onde não se gasta tempo no cuidado de crianças (Craig & Bittman, 2008).

A aparecimento do/a primeiro filho/a repercute-se, também, no tempo dedicado ao trabalho não pago, onde uma criança com idade compreendida entre os 0 e os 2 anos é responsável por mais do triplo do trabalho não pago médio, perfazendo um total de mais de 16 horas diárias, das quais, 6 horas são remetidas para atividades como compras e lides domésticas e mais das restantes 10 horas são remetidas para o cuidado infantil direto, ao passo que uma família sem crianças dedica cerca de 5 horas por dia ao trabalho não pago (Craig & Bittman, 2008). Como a maternidade se apresenta como um aspeto central na vida das mulheres, a mesma obriga a uma ligação estreita entre estas e as funções domésticas, existindo, desta forma, uma maior

pressão ao nível das tarefas quotidianas junto daqueles que cuidam das crianças que são, invariavelmente, as mães (Torres et al., 2011). Pailhé et al. (2019) indicou na sua investigação que as mães francesas e italianas executavam cerca de 65% do trabalho infantil assim como o facto da existência de crianças poder contribuir para os desequilíbrios de género.

Hook (2006) também referiu que investigação conduzida apoia a noção de que a presença de crianças, entre outros aspetos, aumentam o tempo dedicado ao trabalho doméstico pelo/a participante. Sanchez e Thomson (1997) concluíram que a entrada na parentalidade foi responsável por uma alteração significativa, no sentido ascendente, do tempo doméstico das mulheres enquanto a mesma não alterou o tempo doméstico dos maridos. Coltrane (2000) indicou que os homens pendiam para o aumento das horas laborais mas não aumentavam, obrigatoriamente, as suas horas em termos domésticos aquando da entrada do casal na parentalidade, enquanto as mulheres reduziam o seu contributo profissional na mesma situação (Sanchez & Thomson, 1997).

Os resultados de Perkins e DeMeis (1996) indicaram que a presença de crianças foi responsável pelo aumento do trabalho doméstico em cerca de 6 horas semanais para as mulheres e para os homens, com um aumento extra de cerca de 16 horas para as mulheres. Os resultados de South e Spitze (1994) sugeriram, de igual forma, que a presença de crianças foi responsável pelo incremento do trabalho doméstico e, em particular, para as mulheres, com crianças mais velhas a gerarem menos trabalho doméstico do que crianças na pré-adolescência. Já Russell et al. (2019) indicaram que o efeito das crianças no tempo dedicado ao trabalho doméstico, relativamente àqueles/as sem filhos/as, teve uma maior expressão junto das mulheres, adicionando-lhes 11 horas de trabalho, do que junto dos homens, adicionando-lhes cerca de 7 horas de trabalho. No caso de Artis e Pavalko (2003), os resultados que foram obtidos indicaram que o número de crianças com idade inferior a 5 anos e com idades a oscilar entre os 6 e os 12 anos aumentaram de forma preponderante a responsabilidade feminina pelos afazeres domésticos.

Bianchi et al. (2000) indicaram, igualmente, que as crianças geraram um aumento da carga doméstica para mulheres e homens, tendo aumentado o número de horas gastas em tarefas como cozinhar, tratar da roupa e limpar. Já Gupta (1999) destacou que, contrariamente às horas dedicadas ao trabalho doméstico pelos homens, as horas dedicadas às mesmas atividades pelas mulheres sofreram a influência de diversas variáveis de controlo, entre as quais e em particular, o número de crianças, onde, por cada criança adicional com idade compreendida entre os 0 e os 4 anos, ocorria um aumento de cerca de 4 horas no tempo dedicado às tarefas femininas e um aumento de cerca de 3 horas na sua carga doméstica total e os efeitos eram minimizados,

porém significativos, à medida que as crianças entravam para a faixa etária dos 5 aos 11 anos. Por sua vez, os resultados de Baxter et al. (2008) indicaram que um aumento considerável da carga doméstica feminina ocorria aquando da entrada na maternidade, pelo que o nascimento do primeiro/a filho/a conduziu a cerca de mais 6 horas semanais, em média, de trabalho doméstico enquanto o tempo doméstico masculino não sofreu a influência da parentalidade.

Crianças de todas as faixas etárias geram um aumento da lacuna de género, embora crianças mais novas sejam responsáveis por um aumento mais significativo, tendem a aumentar as horas domésticas de ambos os pais mas fazem-no com maior expressão junto das mães, conduzindo, assim, ao aumento do *gap* e, em particular, quando existem crianças em idade pré-escolar (Bianchi et al., 2000).

1.4.4. O papel da ideologia dos papéis de género

Antes de proceder à definição do conceito de ideologia dos papéis de género, e de forma a alcançar a total compreensão do mesmo, é relevante definir o que é o género, o sexo, a orientação sexual, o papel de género, a identidade de género e a expressão de género (Ferreira, 2017).

O género é definido pela *American Psychological Association* (APA, 2012) como o conjunto de sentimentos, comportamentos e atitudes que são associados ao sexo biológico de uma pessoa por uma determinada cultura.

O sexo define-se como o estatuto biológico de uma pessoa que é normalmente caracterizado como feminino, masculino ou intersexo (combinações invulgares de características que comumente diferenciam o masculino do feminino) e ao qual se associam um conjunto de marcadores que determinam o sexo biológico, tais como as gónadas, os órgãos genitais externos, os cromossomas sexuais e os órgãos reprodutores internos (APA, 2012).

Segundo o glossário do *European Institute of Gender Equality* (EIGE, s.d.), a orientação sexual corresponde à habilidade que o indivíduo tem para desencadear uma intensa atração de índole sexual, emocional ou afetiva por pessoas de mais de um género, do género contrário ou do mesmo género bem como estabelecer relações de cariz sexual e íntimo com essas mesmas pessoas.

Ainda de acordo com o EIGE (s.d.), o papel de género diz respeito às normas comportamentais e sociais que são entendidas como socialmente apropriadas para os indivíduos de um sexo em particular, numa dada cultura.

A identidade de gênero corresponde à experiência singular do gênero, que pode ou não ser concordante com sexo designado à nascença, que é sentida por cada pessoa no seu âmago e onde se incluem a forma individual de sentir o corpo – que pode passar pela livre escolha de alteração das funções corporais ou da imagem de forma cirúrgica, médica ou outra - e as outras maneiras de expressar o gênero como são disso exemplo os maneirismos, a indumentária ou a fala (EIGE, s.d.).

Finalmente, a expressão de gênero corresponde à demonstração da identidade de gênero e como a mesma é percebida por terceiros (EIGE, s.d.).

Segundo Fitzpatrick et al. (2004), a ideologia dos papéis de gênero prende-se com as crenças e atitudes de uma pessoa acerca dos papéis adequados para mulheres e homens, ou seja, prende-se com a forma como é julgada a adequação de atributos e comportamentos de mulheres e homens na nossa sociedade. A ideologia dos papéis de gênero é, por norma, entendida como um *continuum* que varia entre uma ideologia clássica e tradicional, que enfatiza uma estrutura rígida da mulher como “dona de casa” e do homem como provedor, e uma ideologia igualitária, onde os membros do casal são vistos como parceiros que partilham igualmente o trabalho extrínseco e intrínseco ao lar (Davis et al., 2007; Davis & Wills, 2014; Lachance-Grzela & Bouchard, 2010).

1.4.5. Sexo e ideologia dos papéis de gênero

Após a definição da ideologia dos papéis de gênero e no que concerne a sua formação, a mesma pode, segundo Davis e Greenstein (2009), ser afetada por aspetos demográficos e sociais. No que toca à sua relação com o sexo, as mulheres apresentam-se como mais igualitárias/liberais (Fitzpatrick et al., 2004; Forbes et al., 2004; Larsen & Long, 1988; McMunn et al., 2020; Nordenmark, 2004; Ungaretti & Etchezahar, 2013). Os resultados de Davis et al. (2007) apoiam a tendência igualitária das mulheres, na medida em que os participantes masculinos demonstraram atitudes um pouco mais conservadoras. De acordo com Bolzendahl e Myers (2004), não é de estranhar que, comparativamente aos homens, as mulheres favoreçam mais a igualdade devido ao interesse que as mesmas têm ao nível dos benefícios diretos que lhes pode providenciar.

Fan e Marini (2000) bem como Davis (2007), referiram que as mulheres mais novas exibiam uma atitude mais igualitária do que os homens mais novos, ainda que os homens mais novos se tornem mais igualitários ao longo do tempo (Davis, 2007). Já Bolzendahl e Myers (2004) referiram que, embora os níveis médios de apoio em termos das responsabilidades

familiares igualitárias tivessem aumentado de forma consistente, as mulheres apresentavam-se sempre como mais igualitárias do que os homens.

Schroeder et al. (2019), por sua vez, indicaram que as raparigas demonstravam atitudes menos conservadoras, ainda que estas e os rapazes demonstrassem, em termos de tradicionalidade, uma diminuição semelhante ao longo da adolescência. Já Vespa (2009) referiu que os homens brancos e negros apresentavam ideologias mais tradicionais do que as mulheres, ainda que as diferenças entre mulheres e homens negros/os fossem menores do que aquelas existentes entre as/os suas/seus homólogas/os brancas/os. Por sua vez e de forma semelhante, Rice e Coates (1995) referiram que os homens negros se encontravam no extremo mais conservador, seguindo-se os homens brancos ao passo que as mulheres negras se situavam no extremo oposto, ou seja, eram as mais igualitárias, seguindo-se as mulheres brancas. Pimentel (2006), que procurou estudar atitudes e comportamentos de género de consortes chineses ao longo de diferentes períodos, referiu que as mulheres se apresentavam como mais igualitárias em todos os momentos analisados. Contrariamente à tendência igualitária demonstrada pelas mulheres (e.g., Fitzpatrick et al., 2004), os resultados obtidos por Bartley et al. (2005) referiram que, em oposição aos seus maridos, as mulheres analisadas eram mais conservadoras nas suas atitudes acerca dos papéis de género.

1.4.6. Ideologia dos papéis de género e divisão do trabalho não pago

Ao nível das consequências da ideologia dos papéis de género, estas podem fazer-se sentir em diferentes aspetos da vida humana onde, entre outros, se encontra a divisão do trabalho doméstico e o cuidado infantil, sendo que quase todos os estudos realizados no âmbito da divisão do trabalho doméstico junto de casais heterossexuais concluíram que tal divisão se associava à ideologia do homem, da mulher ou de ambos (Davis & Greenstein, 2009).

Alguma investigação sugeriu que atitudes igualitárias sobre a divisão do trabalho relacionavam-se com o aumento da partilha e do número de horas para os maridos e a redução da partilha e das horas domésticas para as esposas, e casais que adotavam atitudes mais igualitárias eram mais propensos a partilhar de forma mais equilibrada o trabalho doméstico por oposição àqueles que manifestavam crenças sobre esferas separadas (Carlson & Lynch, 2013). Esta mesma investigação podia também ser suportada por dados provenientes da análise conjunta de diversos países, como é o caso da conduzida por Aassve et al. (2014), que concluíram que a ideologia dos papéis de género era evidentemente relevante em todos os países europeus estudados, sendo que fortes atitudes a respeito da igualdade de género relacionaram-se com uma forte igualdade ao nível da divisão dos afazeres domésticos.

De facto, autores como Kroska (2004) referiram que casais com crenças mais progressistas acerca do género deveriam apresentar uma divisão do trabalho doméstico mais igualitária, contrariamente àqueles com visões mais conservadoras. Ross (1987) avançou que os valores eram também elementos que afetaram a divisão do trabalho doméstico, onde valores menos conservadores exibidos pelos maridos relacionavam-se com uma divisão de trabalho doméstico menos tradicional ao passo que aqueles com valores mais conservadores, que acreditavam que o papel do homem era providenciar e o da mulher era cuidar do lar e da família, eram menos prováveis de contribuir para o trabalho doméstico. Já as atitudes femininas não afetaram significativamente a divisão do trabalho doméstico (Ross, 1987).

Davis et al. (2007), por seu turno, reportaram, tanto para mulheres como para homens, a existência de uma associação negativa entre uma ideologia dos papéis de género conservadora e uma divisão de trabalho mais igualitária, onde mulheres cujas ideologias se apresentaram numa linha mais igualitária tendiam a reportar a não realização de todo o trabalho doméstico e homens com ideologias mais igualitárias tendiam a executar mais trabalho doméstico e a agir de forma mais igualitária. Os resultados obtidos por Nordenmark (2004) indicaram, igualmente, que homens com ideologias mais igualitárias tinham um maior envolvimento no trabalho doméstico comparativamente àqueles com visões mais tradicionais e mulheres com visões mais igualitárias estavam menos comprometidas com os afazeres domésticos e mais envolvidas no trabalho remunerado do que as suas semelhantes mais conservadoras. Também os resultados de Kamo (1991) indicaram que atitudes acerca dos papéis de género impactaram na quantidade de trabalho doméstico realizado pelos cônjuges, pelo que, quanto mais igualitária fosse a mulher, menor era o seu contributo doméstico ao passo que quanto mais igualitário o marido fosse, maior era o seu contributo, para além de que a porção relativa de afazeres domésticos desempenhada pelo marido sofria a influência das atitudes da sua mulher. Já Mannino e Deutsch (2007) também concluíram que, em ambos os momentos que avaliaram a amostra em estudo, a participação masculina nos trabalhos domésticos era maior se as suas esposas apresentassem uma ideologia menos conservadora. Coltrane (2000) também mencionou que mulheres e homens com atitudes menos tradicionais iriam apresentar uma maior partilha do trabalho doméstico, ao contrário daquelas/es com atitudes mais tradicionais, que iriam exibir uma menor partilha do trabalho doméstico.

Os resultados obtidos por Schober (2013) apoiaram em parte os anteriores, uma vez que as mulheres com atitudes mais igualitárias influenciaram o seu tempo profissional e doméstico, enquanto nem as atitudes masculinas nem femininas se relacionaram consideravelmente com alterações no tempo laboral ou doméstico masculino. Brayfield (1992) referiu que as atitudes

masculinas sobre a partilha das tarefas domésticas eram insignificantes para os comportamentos domésticos, ao contrário das mulheres que apresentavam atitudes mais tradicionais sobre as responsabilidades domésticas, que tendiam a estar encarregues por uma maior quantidade de tarefas femininas comparativamente às suas semelhantes igualitárias.

Arrighi e Maume (2000) indicaram que, contrariamente àqueles que tinham uma visão mais igualitária, homens que demonstravam uma ideologia mais tradicional tinham uma reduzida participação doméstica. Por seu turno, Shelton e John (1993) referiram que o tempo que as mulheres despendiam nos afazeres domésticos era tanto menor quanto mais igualitário fosse o parceiro/cônjuge, sendo que, esta única associação significativa poderia sinalizar que as atitudes masculinas afetavam antes os padrões de limpeza ou a totalidade do trabalho doméstico realizado do que a distribuição de uma quantidade de afazeres domésticos. Também Artis e Pavalko (2003) indicaram que, mesmo quando controladas outras alterações na disponibilidade temporal e na sua estrutura familiar, as mulheres que se tornaram menos conservadoras a respeito das suas atitudes de género tinham, de forma considerável, uma responsabilidade doméstica reduzida. Foi também mencionado por Blair e Litcher (1991) a existência de uma forte relação entre as atitudes sobre dos papéis de género e a segregação do trabalho doméstico, onde casais com disposições mais igualitárias a respeito dos papéis de género apresentaram um índice de segregação mais baixo do que aquele que os casais com disposições mais conservadoras apresentaram assim como casais mais igualitários apresentavam uma menor segregação em termos do trabalho familiar.

Baxter et al. (2008) assinalaram a existência de uma relação forte e consistente, com uma marcada diferença de género, entre as horas domésticas e as atitudes de género, onde as horas domésticas de homens detentores de atitudes mais liberais eram cerca de duas vezes superiores às daqueles com visões mais conservadores, enquanto o inverso ocorria para as mulheres mas de forma menos acentuada. Já Nitsche e Grunow (2016) concluíram que ideologias igualitárias de ambos os membros do casal impactaram numa divisão doméstica mais igualitária e mesmo quando o estatuto profissional ou os recursos relativos ou absolutos de ambos os elementos foram controlados, o efeito era duradouro e robusto. Lewin-Epstein et al. (2006) destacaram a existência de um constante padrão da influência da ideologia dos papéis de género em ambos os países estudados, pelo que atitudes mais progressistas relacionaram-se com a redução das horas domésticas femininas e uma maior partilha dos afazeres domésticos entre cônjuges, indicaram ainda que o tempo que mulheres e homens dedicavam ao trabalho doméstico era afetado pela ideologia dos/as próprios/as e, por fim, o nível de divisão das obrigações domésticas foi, primeiramente, afetado pelas atitudes femininas ainda que as masculinas

também tivessem um efeito positivo na partilha doméstica. Também Poortman e Van der Lippe (2009) encontraram fracos sinais acerca das atitudes do próprio/a afetarem o número de horas que o/a companheiro/a dedicavam ao trabalho doméstico, isto é, mulheres e homens procuravam agir com base nas suas próprias atitudes e não com base nas do/a companheiro/a, pelo que, as atitudes masculinas pouco poder tiveram sobre o empenho feminino no domínio doméstico e o elevado sentido de responsabilidade ou elevados padrões femininos não limitaram a atividade masculina no domínio familiar.

Presser (1994) referiu, por sua vez, que a participação dos maridos nos afazeres domésticos aumentou quando tanto a ideologia da sua mulher como a sua se apresentou mais igualitária, embora a ideologia do marido não tivesse um impacto significativo no seu contributo doméstico mas influenciasse negativa e consideravelmente as horas domésticas das esposas enquanto a ideologia das suas mulheres foi responsável por um incremento significativo das horas domésticas masculinas e por uma redução, também ela significativa, das suas próprias horas domésticas.

No domínio do cuidado infantil, Bulanda (2004) indicou que pais que apresentaram ideologias menos conservadoras registavam um maior envolvimento para com os/as seus/suas filhos/as assim como dedicavam mais horas ao cuidado dos/as mesmos/as quando controlada a ideologia da mãe, que não se apresentou como relevante para o envolvimento parental. Deutsch et al. (1993) concluíram, da mesma forma, que pais com atitudes menos conservadoras providenciavam mais cuidados à sua descendência. Também Schober (2013) indicou que era esperado que identidades de género tradicionais de mães e pais levassem a um maior aumento do tempo que as mulheres despendiam no cuidado familiar assim como no trabalho doméstico. Por sua vez, Gaunt (2006) concluiu que quando os progenitores demonstravam atitudes mais promissoras face ao papel do pai e quando os pais recusavam crenças essencialistas, a contribuição masculina na prestação de cuidados infantis era mais provável de ocorrer. Aldous et al. (1998) apoiavam, em parte, a autora previamente mencionada na medida em que quanto mais igualitárias fossem as atitudes do pai, maior era o tempo despendido pelo mesmo no cuidado do/a(s) seu/sua(s) filho/a(s) em idade pré-escolar enquanto a ideologia da mãe não se relacionou com o tempo que o pai dedicava ao cuidado infantil.

Por sua vez, as conclusões de Poortman e Van der Lippe (2009) indicaram que as mulheres apresentavam atitudes mais positivas para com o cuidado infantil, com a limpeza e com a cozinha, demonstrando uma maior responsabilidade, apreciavam a sua execução e definiam padrões mais elevados para tais atividades, porém, foi também salientado que a importância das atitudes decorria das tarefas em questão sendo que as atitudes femininas e masculinas eram

menos importante junto do cuidado infantil do que do trabalho doméstico. Baruch e Barnett (1981) indicaram que uma ideologia dos papéis de género não tradicional, tanto da mãe como do pai, não estava significativamente associada a uma participação conjunta mas estava, antes, associada com a participação a solo do pai em tarefas associadas ao cuidado infantil, pelo que, famílias onde os cônjuges apresentavam ideologias não conservadoras, os homens tinham uma maior probabilidade de executarem as tarefas de cuidado autonomamente. No caso de Marsiglio (1991), o autor apenas encontrou uma relação estatisticamente significativa entre as atitudes a respeito dos papéis de género dos pais e o nível de envolvimento dos mesmos em atividades como a leitura e o apoio nos trabalhos de casa, na medida em que pais com atitudes mais progressistas registaram um maior envolvimento nas atividades mencionadas.

Evertsson (2014), por seu turno, destacou uma relação significativa entre a ideologia e a divisão do cuidado infantil e dos trabalhos domésticos no sentido esperado, assim como o facto de a ideologia do/a próprio/a participante ter-se correlacionado com o tempo que o/a próprio/a dedicava ao trabalho doméstico e, apesar da ideologia igualitária masculina ter diminuído consideravelmente o tempo que as mulheres gastavam em afazeres domésticos, o mesmo não aconteceu com a ideologia feminina. A respeito do cuidado infantil, homens e as mulheres tendiam a encenar, com maior regularidade, papéis de género conservadores quando carecia de uma ideologia igualitária (Evertson, 2014).

Assim, os resultados que foram obtidos enfatizaram a relevância da partilha de uma ideologia de género igualitária para a construção de uma família igualitária (Evertsson, 2014). De facto, Greenstein (1996) fez referência à necessidade de ter em conta a interação da ideologia dos consortes para que fosse possível compreender de que forma ocorria a divisão do trabalho doméstico, ao ter mencionado a existência de interações significativas entre as ideologias dos cônjuges ao nível dos efeitos exercidos pelas mesmas na divisão de tarefas tradicionalmente femininas assim como na divisão do trabalho doméstico no seu todo, pelo que referiu, sinteticamente, que a contribuição doméstica masculina era reduzida a não ser que ambas as ideologias, isto é, a da sua esposa e a do próprio, fossem um tanto não tradicionais.

De forma semelhante, a investigação de McMunn et al. (2020) também denotou a necessidade da partilha de uma ideologia igualitária para a existência de uma divisão do trabalho doméstico mais equilibrada, uma vez que, perante a lentidão que se faz sentir nas alterações das normas de género, a ideologia igualitária de um dos elementos do casal não basta, ainda que se apresente como um ponto de partida para mudanças comportamentais. Independentemente do mencionado, alertaram para o facto de as mulheres realizarem, comparativamente aos homens, mais atividades domésticas nos dois maiores grupos

igualitários estudados, o que permitiu mencionar que se torna difícil implementar uma ideologia do tipo igualitário sem o apoio de um/a parceiro/a que partilhe da mesma visão (McMunn et al., 2020).

1.5. Objetivos, hipóteses de estudo e modelo de investigação

Esta dissertação debruça-se sobre a problemática dos des/equilíbrios de género presentes na esfera doméstica em tempos de pandemia e centra-se, em particular, na divisão do trabalho não pago entre pessoas heterossexuais e a viver num casamento ou numa união de facto. Pretende compreender de que forma a divisão/partilha do trabalho não pago é efetuada entre mulheres e homens. Especificamente, pretende: i) verificar se o estado civil poderá intensificar a relação entre o sexo dos/as participantes e a divisão do trabalho não pago, ii) verificar a influência da presença de crianças no agregado familiar na divisão do trabalho não pago e, por fim, iii) verificar se a ideologia dos papéis de género poderá ajudar a explicar a relação entre o sexo dos/as participantes e a divisão do trabalho não pago.

Tendo em conta a revisão de literatura apresentada, as nossas hipóteses de investigação são as seguintes, espelhadas para dois lados do trabalho não pago, isto é, para as tarefas domésticas e para as tarefas de cuidado:

Hipótese 1a: O sexo dos/as participantes influencia diretamente a divisão das tarefas domésticas, sendo esta divisão assimétrica, onde as mulheres estão mais sobrecarregadas do que os homens.

Hipótese 1b: O sexo dos/as participantes influencia diretamente a divisão das tarefas de cuidado, sendo esta divisão assimétrica, onde as mulheres estão mais sobrecarregadas do que os homens.

Hipótese 2a: As diferenças entre homens e mulheres, no que concerne às tarefas domésticas, deverão ser mais acentuadas quando o estado civil é casado/a por oposição a união de facto.

Hipótese 2b: As diferenças entre homens e mulheres, no que concerne às tarefas de cuidado, deverão ser mais acentuadas quando o estado civil é casado/a por oposição a união de facto.

Hipótese 3a: As diferenças entre homens e mulheres, no que concerne à divisão das tarefas domésticas, deverão ser mais acentuadas quando existem filhos/as com idade igual ou inferior a 15 anos.

Hipótese 3b: As diferenças entre homens e mulheres, no que concerne à divisão das tarefas de cuidado, deverão ser mais acentuadas quando existem filhos/as com idade igual ou inferior a 15 anos.

Hipótese 4a: A relação entre o sexo dos/as participantes e a divisão das tarefas domésticas é mediada pela ideologia dos papéis de género.

Hipótese 4b: A relação entre o sexo dos/as participantes e a divisão das tarefas de cuidado é mediada pela ideologia dos papéis de género.

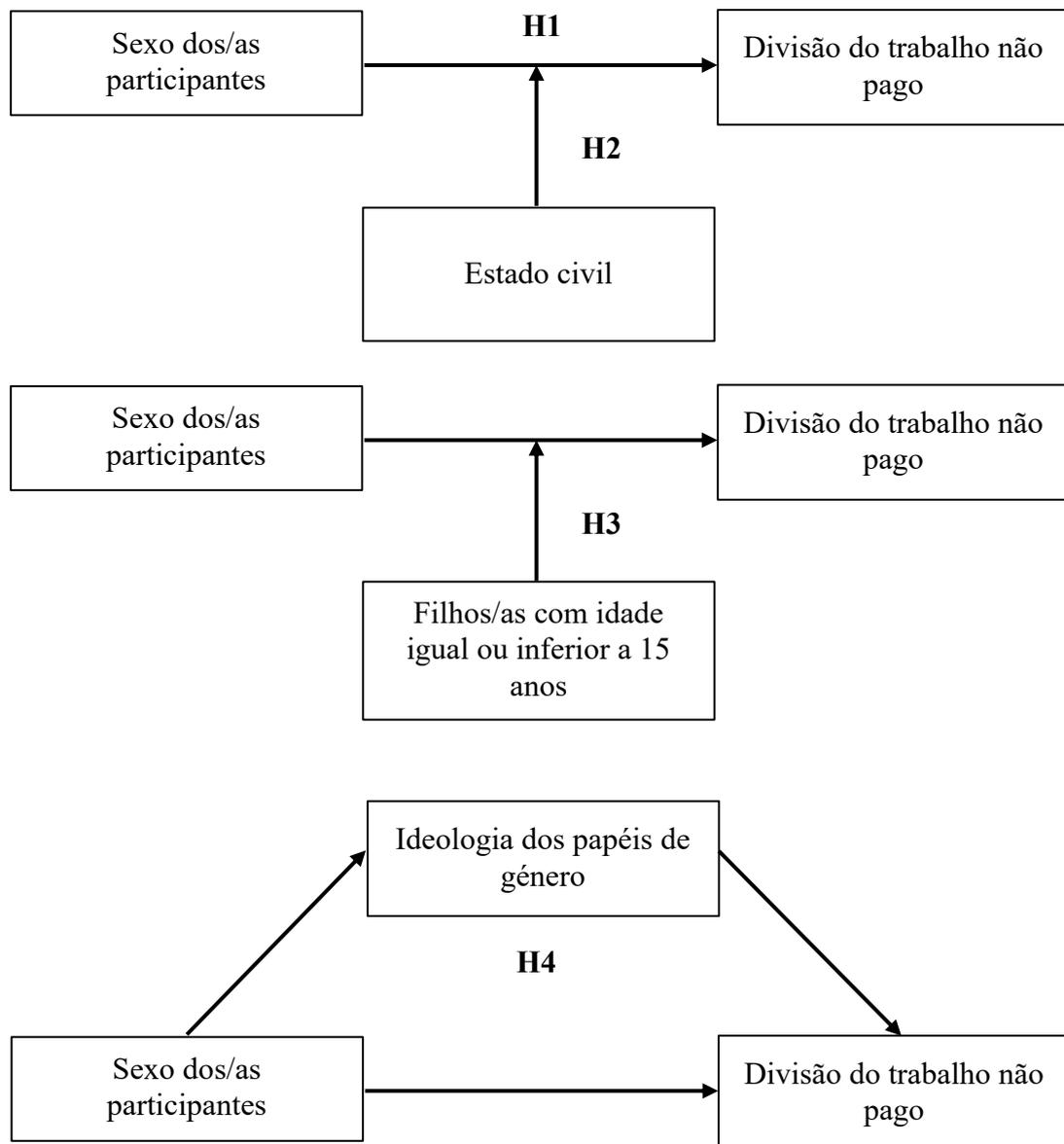


Figura 1.1. Representações dos modelos teóricos a testar

Para testar empiricamente os modelos de investigação anteriormente apresentados, conduziu-se um estudo de natureza quantitativa, com um *design* correlacional, e cujo método será descrito no capítulo seguinte.

Capítulo II. Método

Para a realização deste estudo, foi elaborado um questionário *online* com recurso à plataforma *Qualtrics*. Para a participação no estudo, os/as participantes deveriam preencher os seguintes critérios de inclusão: i) ser homem ou mulher; ii) viver numa relação heterossexual; e iii) viver numa relação matrimonial ou numa união de facto.

2.1. Participantes

Num total de 355 participantes válidos, ou seja, que cumpriram os critérios de inclusão no estudo, 209 (58,9%) eram mulheres e 146 (41,1%) eram homens, com as idades a oscilarem entre os 20 e os 72 anos e uma média de, aproximadamente, 46 anos ($M = 45.47$; $DP = 10.78$; $Mo = 53$). Todos/as os/as participantes que compuseram a amostra encontravam-se numa relação heterossexual, dos/as quais 233 (65,6%) eram casados/as e 122 (34,4%) estavam a viver numa união de facto. Da totalidade da amostra, 168 participantes indicaram ter filhos/as menores, variando entre um/a e três filhos/as ($Mo = 1$), dos quais 100 (28,2%) indicaram ter um/a filho/a menor, 57 (16,1%) indicaram ter dois filhos/as menores e 11 (3,1%) indicaram ter três filhos/as menores. Considerando ainda a totalidade da amostra, 148 participantes (41,7%) tinham filhos/as com idade igual ou inferior a 15 anos. Foi também questionada a existência, ou não, de outros dependentes, havendo apenas 44 (12,4%) participantes nessa situação.

A informação relativa à situação laboral dos/as participantes e dos seus cônjuges ou companheiros/as é apresentada no Quadro 2.1. Como é visível, cerca de 47% dos/as participantes estavam em regime de teletrabalho enquanto, aproximadamente, 39% dos cônjuges ou companheiros/as estavam a trabalhar fora de casa, apesar da pandemia de Covid-19.

Quadro 2.1.

Situação profissional dos/as participantes e do seu cônjuge ou companheiro/a

Situação profissional	Do/a participante		Do cônjuge ou companheiro/a	
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
Teletrabalho	165	46,5	127	35,8
Trabalho fora de casa	115	32,4	140	39,4
Regime misto	43	12,1	37	10,4
<i>Lay-off</i>	8	2,3	11	3,1
Desemprego	15	4,2	21	5,9
Outra situação	9	2,5	19	5,4
Total	355	100	355	100

No geral, tratou-se de uma amostra escolarizada: 24 (6,8%) participantes referiram ter menos do que o Ensino Secundário, 132 (37,2%) indicaram ter o Ensino Secundário ou equivalente, 134 (37,7%) apontaram ter uma Licenciatura ou equivalente, 32 (9,0%) indicaram ter uma Pós-graduação, 29 (8,2%) salientaram ter um Mestrado e quatro (1,1%) indicaram ter um Doutoramento.

2.2. Procedimento

O processo de recolha de dados iniciou-se após o parecer positivo da Comissão de Ética do Iscte - Instituto Universitário de Lisboa. Após a receção deste parecer, procedeu-se à inserção do questionário na plataforma *Qualtrics* (ver Anexo) e à divulgação do mesmo através das redes sociais (i.e., *Facebook* e *LinkedIn*) e de outras formas de contacto, como o *e-mail*.

O recrutamento dos/as participantes ocorreu de acordo com uma lógica de conveniência uma vez que, num primeiro momento, o questionário foi divulgado junto da rede de contactos informais como familiares e amigos/as. Para além da divulgação do questionário nas redes sociais, foi solicitado a todos/as os/as participantes que procedessem à partilha do mesmo junto da sua rede de contactos com o objetivo de alcançar o maior número de participantes possível. A divulgação do questionário decorreu entre 28 de janeiro e 8 de março de 2021.

O questionário contemplou um conjunto de questões de cariz sociodemográfico, questões relativas à divisão do trabalho não pago, questões relativas à satisfação profissional¹ e, por fim, questões relativas à ideologia dos papéis de género do/a participante. O questionário elaborado iniciou-se com uma primeira página de consentimento informado, que os/as participantes tiveram a oportunidade de ler e de assinalar por consentirem, ou não, a sua participação. Foi dado a conhecer o tema que o questionário abordava, os objetivos do estudo, os critérios para a participação e o cariz voluntário da mesma, a possibilidade de desistência a qualquer momento durante a realização do estudo sem qualquer prejuízo, a inexistência de riscos associados à participação, bem como o anonimato e a confidencialidade das respostas. No final do questionário, foi apresentado um *debriefing* que visou o agradecimento aos/às participantes pela sua participação, a recordação da temática do estudo e a possibilidade de contacto caso surgisse alguma dúvida ou questão entre os/as participantes ou estes/as quisessem fazer algum comentário.

2.3. Instrumentos

2.3.1. Divisão do trabalho não pago

Para proceder à medição da divisão do trabalho doméstico, assim como da divisão do trabalho de cuidado, foi calculada uma diferença entre as horas que o/a participante e o seu cônjuge ou companheiro/a indicaram gastar na execução das tarefas supracitadas. Valores positivos resultantes dessa diferença indicaram que o/a participante realizava mais tarefas do que o cônjuge ou companheiro/a e valores negativos indicaram o inverso.

Adicionalmente, os/as participantes foram questionados/as a respeito de quem executava as tarefas domésticas, bem como as tarefas de cuidado, porém, estas questões não foram alvo de análise.

2.3.2. Ideologia dos papéis de género

A ideologia dos papéis de género foi avaliada através da escala de *Attitudes Toward Women Scale* (AWS) que, segundo Daugherty e Dambrot (1986), se apresenta como uma escala amplamente utilizada para a medição de atitudes contemporâneas para com mulheres e procura

¹ As questões relativas à satisfação profissional não serão abordadas por não serem alvo de estudo na presente investigação.

avaliar diferenças individuais a respeito das atitudes sobre os papéis e direitos das mulheres na sociedade (Delevi & Bugay, 2013).

Neste estudo, aplicámos uma versão adaptada da escala de 15 itens, utilizada por Stevens et al. (2001), tendo sido considerados apenas 10 itens. A versão utilizada por Stevens et al. (2001) foi avaliada mediante uma escala do tipo *Likert* de quatro pontos, no entanto, a versão empregue no presente estudo foi alvo de uma adaptação para incluir um ponto médio de escala, pelo que, passou a ser avaliada de acordo com uma escala do tipo *Likert* de cinco pontos (1 – Discordo fortemente; 2 – Discordo parcialmente; 3 - Não concordo nem discordo; 4 – Concordo parcialmente; 5 – Concordo fortemente). Uma vez que a escala original se encontrava em inglês, foi efetuado um conjunto de traduções e retroversões com o objetivo de traduzir a escala para a língua portuguesa (e.g., “As mulheres devem preocupar-se menos com os seus direitos e mais em tornarem-se boas esposas e mães”).

À semelhança de Stevens et al. (2001), procedeu-se à recodificação de alguns itens, pelo que, quanto mais elevado fosse o valor da escala, mais tradicional se apresentava a ideologia dos papéis de género do/a participante (Stevens et al., 2001).

No que concerne os valores do *alfa de Cronbach* da escala utilizada, estes situaram-se em .67, considerando a totalidade da amostra. Para as mulheres, o *alfa de Cronbach* situou-se em .50 e para homens, o mesmo situou-se em .74. Stevens et al. (2001) indicaram os seguintes valores do *alfa de Cronbach*: .73 para as mulheres e .82 para os homens.

2.4. Estratégia Analítica

Uma vez concluída a recolha de dados, iniciou-se a análise estatística dos mesmos com recurso ao programa *IBM SPSS Statistics*, versão 26.

Para proceder à testagem das hipóteses em estudo, foram empregues diferentes análises estatísticas. Para as hipóteses 1a e 1b, foram efetuadas análises de variâncias (ANOVA) a um fator e para as hipóteses 2a, 2b, 3a e 3b foram aplicadas ANOVAs a dois fatores. Por fim, para testar as hipóteses 4a e 4b, recorreu-se ao Modelo 4 da macro PROCESS para o SPSS (Hayes, 2018) para testar os modelos de mediação.

As variáveis sexo dos/as participantes (0 = Feminino, 1 = Masculino), estado civil (0 = Casado/a, 1 = União de facto), assim como a existência de filhos/as com idade igual ou inferior a 15 anos (0 = Não tem filhos/as com idade igual ou inferior a 15 anos, 1 = Tem filhos/as com idade igual ou inferior a 15 anos), foram alvo de uma codificação *dummy*.

Segundo Perista et al. (2016), os cuidados são prestados a crianças (neto/a(s), outra(s) criança(s) ou filho/a(s) com idade inferior a 15 anos) e a outras pessoas que deles precisam. Tendo em conta esta definição, aquando das análises estatísticas referentes às hipóteses do cuidado (hipóteses 1b, 2b e 4b), foi aplicado um filtro cuja utilização é justificada pela necessidade de limitar a amostra apenas aos/às participantes que tinham filhos/as com idade igual ou inferior a 15 anos e/ou outros dependentes a quem prestassem cuidados. O filtro referido previamente não foi aplicado na Hipótese 3b, na medida em que se procurou efetuar uma comparação entre participantes com filhos/as e aqueles/as sem os/as mesmos/as.

Capítulo III. Resultados

Neste capítulo, será apresentada a análise dos dados recolhidos. Este capítulo encontra-se dividido em duas partes: a primeira parte prende-se com a apresentação das estatísticas descritivas e correlações e a segunda parte dedica-se à testagem das hipóteses de investigação.

3.1. Estatística descritiva e correlações

No Quadro 3.1., são apresentadas as variáveis em estudo, as suas médias e desvios-padrão e a forma como se correlacionam entre si. Para todas as variáveis, à exceção do sexo, do estado civil e da existência de filhos/as com idade igual ou inferior a 15 anos que beneficiaram de análises de correlação de *Spearman* devido ao seu cariz nominal, foram conduzidas análises de correlação de *Pearson*. O quadro referido combina os dois tipos de correlações.

No que toca à estatística descritiva, a variável ideologia dos papéis de género obteve uma média de 1.49 ($DP = 0.46$), o que significa que a amostra em estudo demonstrou uma tendência menos tradicional dos papéis de género. Para a variável relativa à divisão das tarefas domésticas, esta apresentou uma média de 2.22 ($DP = 10.16$), enquanto a divisão das tarefas de cuidado apresentou uma média de 2.41 ($DP = 15.12$).

Quanto às correlações estatisticamente significativas entre as variáveis e começando pela ideologia dos papéis de género, esta correlacionou-se positiva e significativamente com o sexo dos/as participantes, $r(353) = .29, p < .001$, o que sugere que as mulheres se apresentaram como menos tradicionais. A divisão das tarefas domésticas correlacionou-se negativa e significativamente com o sexo dos/as participantes, $r(339) = -.64, p < .001$, o que sugere que os homens executaram menos tarefas domésticas, e correlacionou-se negativa e significativamente com a ideologia dos papéis de género, $r(339) = -.17, p = .002$, o que poderá indicar que, quanto mais tradicional era a ideologia dos papéis de género, menos tarefas domésticas eram realizadas. Por fim, a divisão das tarefas de cuidado correlacionou-se negativa e significativamente com o sexo dos/as participantes, $r(173) = -.51, p < .001$, o que indica que os homens realizaram menos tarefas de cuidado e, também, se correlacionou positiva e significativamente com a divisão das tarefas domésticas, $r(172) = .39, p < .001$, o que sugere que, quanto mais tarefas domésticas os/as participantes executassem, mais tarefas de cuidado iriam desempenhar.

Quadro 3.1.

Médias, desvios-padrão e correlações de Pearson e Spearman

Variável	<i>M</i>	<i>DP</i>	1	2	3	4	5	6
1. Sexo ^a	-	-	-					
2. Estado civil ^b	-	-	.05	-				
3. Filhos/as ^c	-	-	-.09	-.01	-			
4. Ideologia dos papéis de género	1.49	0.46	.29**	.005	-.02	-		
5. Divisão das tarefas domésticas	2.22	10.16	-.64**	-.07	.02	-.17**	-	
6. Divisão das tarefas de cuidado	2.41	15.12	-.51**	.08	-.09	-.11	.39**	-

^a 0 = Feminino; 1 = Masculino. ^b 0 = Casado/a; 1 = União de facto. ^c 0 = Não tem filhos/as com idade igual ou inferior a 15 anos; 1 = Tem filhos/as com idade igual ou inferior a 15 anos;

* $p < .05$. ** $p < .01$.

3.2. Testes de hipóteses

Acerca da Hipótese 1a, que refere que o sexo dos/as participantes influencia diretamente a divisão das tarefas domésticas, onde as mulheres estão mais sobrecarregadas do que os homens, verificou-se a influência significativa do sexo dos/as participantes, $F_{(1, 339)} = 116.55$, $p < .001$, $\eta_p^2 = .26$. Mais precisamente, a diferença relativa entre as horas próprias e do cônjuge ou companheiro/a indicou mais horas despendidas pelas mulheres ($M = 6.56$, $DP = 8.57$) do que pelos homens ($M = -3.85$, $DP = 9.06$) semanalmente em tarefas domésticas.

No que concerne à Hipótese 1b, que menciona que o sexo dos/as participantes influencia diretamente a divisão das tarefas de cuidado, onde as mulheres estão mais sobrecarregadas do que os homens, é notória a existência de um padrão semelhante. O sexo dos/as participantes influenciou significativamente as tarefas de cuidado realizadas por mulheres e homens, $F_{(1, 156)} = 8.50$, $p = .004$, $\eta_p^2 = .05$. À semelhança das tarefas domésticas, a diferença relativa entre as horas próprias e do cônjuge ou companheiro/a revelou que as mulheres despendiam, por semana, mais horas ($M = 5.32$, $DP = 17.29$) do que os homens ($M = -2.10$, $DP = 11.84$) em tarefas de cuidado. Desta forma, os resultados apresentados suportaram as hipóteses 1a e 1b.

Passando agora à Hipótese 2a, que refere que as diferenças entre homens e mulheres, no que concerne às tarefas domésticas, deverão ser mais acentuadas quando o estado civil é casado/a por oposição a união de facto, os resultados obtidos revelaram que não houve um efeito principal estatístico do estado civil na divisão das tarefas domésticas, $F_{(1, 337)} = 0.01, p = .91, \eta_p^2 < .001$, mas houve relativamente ao sexo dos/as participantes, $F_{(1, 337)} = 94.96, p < .001, \eta_p^2 = .22$, corroborando a Hipótese 1a. Também não existiu interação entre o estado civil e o sexo dos/as participantes na divisão das tarefas domésticas, $F_{(1, 337)} = 3.28, p = .07, \eta_p^2 = .01$.

No que diz respeito à Hipótese 2b, que refere que as diferenças entre homens e mulheres, no que concerne às tarefas de cuidado, deverão ser mais acentuadas quando o estado civil é casado/a por oposição a união de facto, também não houve um efeito principal estatístico do estado civil, $F_{(1, 154)} = 1.60, p = .21, \eta_p^2 = .01$, mas houve relativamente ao sexo dos/as participantes, $F_{(1, 154)} = 8.37, p = .004, \eta_p^2 = .05$, corroborando, também, a Hipótese 1b. Também não existiu uma interação entre o sexo dos/as participantes e o estado civil na divisão das tarefas de cuidado, $F_{(1, 154)} = 0.16, p = .69, \eta_p^2 = .001$. Considerando os resultados obtidos, as hipóteses 2a e 2b não foram suportadas pelos dados.

Relativamente à Hipótese 3a, que sugere que as diferenças entre homens e mulheres, no que concerne à divisão das tarefas domésticas, deverão ser mais acentuadas quando existem filhos/as com idade igual ou inferior a 15 anos, verificou-se que não houve um efeito principal estatístico da existência de filhos/as com idade igual ou inferior a 15 anos, $F_{(1, 337)} = 0.23, p = .63, \eta_p^2 = .001$, mas houve relativamente ao sexo dos/as participantes, $F_{(1, 337)} = 108.50, p < .001, \eta_p^2 = .24$, o que, corroborou, novamente, a Hipótese 1a. Também não se verificou uma interação entre a existência de filhos/as com idade igual ou inferior a 15 anos e o sexo dos/as participantes na divisão das tarefas domésticas, $F_{(1, 337)} = 1.08, p = .30, \eta_p^2 = .003$.

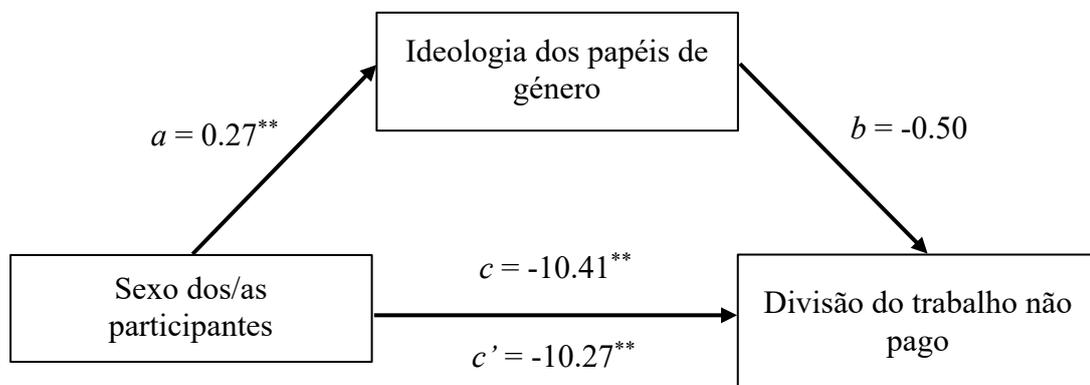
De forma semelhante, a Hipótese 3b, que sugere as diferenças entre homens e mulheres, no que concerne a divisão das tarefas de cuidado, deverão ser mais acentuadas quando existem filhos/as com idade igual ou inferior a 15 anos, verificou-se que não houve um efeito principal estatístico da existência de filhos/as com idade igual ou inferior a 15 anos, $F_{(1, 171)} = 0.08, p = .78, \eta_p^2 < .001$, mas houve relativamente ao sexo dos/as participantes, $F_{(1, 171)} = 5.40, p = .02, \eta_p^2 = .03$, o que corrobora a Hipótese 1b. Também não se registou uma interação entre a existência de filhos/as com idade igual ou inferior a 15 anos e o sexo dos/as participantes na divisão das tarefas de cuidado, $F_{(1, 171)} = 0.38, p = .54, \eta_p^2 = .002$. Assim, as hipóteses 3a e 3b não foram suportadas pelos dados.

No que toca às hipóteses 4a e 4b, estas procuraram compreender se a ideologia dos papéis de género poderia auxiliar a explicar, respetivamente, a relação entre o sexo dos/as participantes e a divisão das tarefas domésticas e a relação entre o sexo dos/as participantes e a divisão das tarefas de cuidado.

No que diz respeito às tarefas domésticas, e tal como é visível na Figura 3.2., o efeito b - que assinala a relação entre a varável mediadora e a variável dependente - não alcançou significância estatística. O efeito indireto, $B = -0.14$, com 95% $IC = [-0.71, 0.41]$, não se apresentou como significativo e tal é visível pelo seu intervalo de confiança que, uma vez que inclui o valor de 0, não foi considerado como significativo. Desta forma, não se verificou a existência de uma mediação.

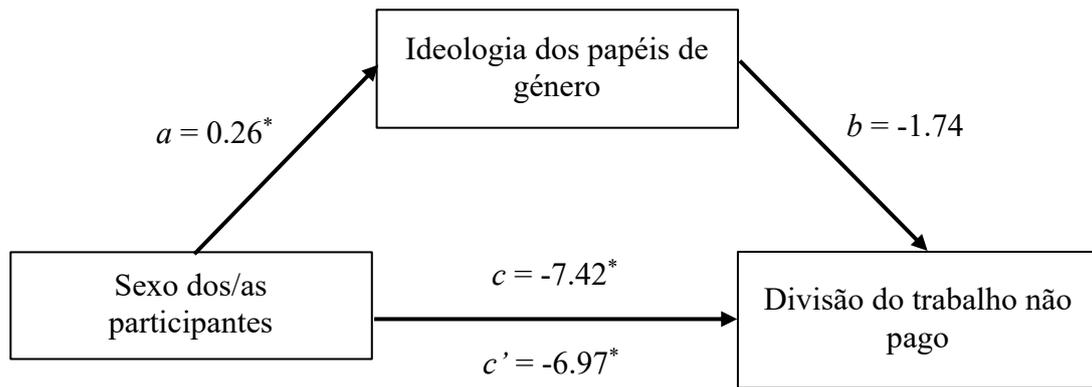
No que toca à divisão das tarefas de cuidado, o padrão é semelhante, tal como é visível na Figura 3.3.. O efeito b não alcançou significância estatística. O efeito indireto, $B = -0.45$, com 95% $IC = [-1.67, 0.58]$, não se apresentou como significativo, tal como é visível pelo seu intervalo de confiança que inclui o valor 0. Assim, não se registou, novamente, a existência de uma mediação.

Em suma, a relação entre o sexo dos/as participantes e a divisão do trabalho não pago não foi mediada pela ideologia dos papéis de género, não conferindo suporte às hipóteses 4a e 4b.



* $p < .05$. ** $p < .001$.

Figura 3.2. Ilustração do modelo estatístico, os seus efeitos e os seus valores (tarefas domésticas)



* $p < .05$. ** $p < .001$.

Figura 3.3. Ilustração do modelo estatístico, os seus efeitos e os seus valores (tarefas de cuidado)

Capítulo IV. Discussão e Conclusão

Uma vez terminada a análise estatística dos resultados obtidos, estes serão agora discutidos.

A presente investigação tem como objetivo primordial compreender de que forma é que homens e mulheres efetuam a divisão do trabalho não pago e procura compreender: i) o papel do estado civil na relação entre o sexo dos/as participantes e a divisão do trabalho não pago a fim de perceber se o mesmo pode, ou não, intensificar a relação referida anteriormente; ii) verificar se a presença de crianças no agregado familiar intensifica a relação entre o sexo dos/as participantes e a divisão do trabalho não pago e iii) verificar se a ideologia dos papéis de género poderia auxiliar a explicar a relação entre o sexo dos/as participantes e a divisão do trabalho não pago.

Os resultados sugerem que, de facto, tanto ao nível do trabalho doméstico como do trabalho de cuidado, o sexo influencia a divisão destas tarefas e as mulheres são aquelas que assumem primeiramente estas atividades, dedicando uma maior quantidade de tempo às mesmas, mesmo durante a pandemia de Covid-19, pelo que as hipóteses 1a e 1b são empiricamente suportadas. As maiores discrepâncias entre homens e mulheres estão presentes no cuidado e junto de atividades de tipo rotineiro, as quais estão, de um ponto de vista tradicional, mais associadas às mulheres (Kan et al., 2011), tal como é demonstrado pelos nossos resultados. Este padrão de desequilíbrio tem vindo a ser amplamente documentado na literatura, tal como foi demonstrado na revisão de literatura apresentada no Capítulo I.

De acordo com Perista (2002), um aspeto a considerar aquando do estudo dos padrões de tempo dedicado ao trabalho não pago pelos elementos familiares diz respeito à possibilidade de usufruir, ou não, de ajuda e soluções externas, isto é, a oportunidade de terceirizar uma parte ou a totalidade do trabalho doméstico por via da delegação e transferência de tarefas de índole profissional ou de índole informal, recorrendo, nesta última situação, a redes de entajuda. Esta realidade, ainda que inacessível a um grande número de famílias (Perista et al., 2016), poderá ter sido comprometida pela pandemia de Covid-19. O confinamento físico motivado pela mesma obrigou as famílias a permanecerem em casa e a capacidade de *outsourcing*, tanto dos cuidados como das obrigações domésticas, tornou-se cada vez menos exequível, pelo que é provável que o confinamento tenha gerado um aumento da carga doméstica (Dominguez-Folgueras, 2021).

No que concerne ao papel do estado civil, este não impacta na divisão do trabalho doméstico e de cuidado, não conferindo suporte às hipóteses 2a e 2b. Assim, os resultados obtidos vão ao encontro das conclusões obtidos por Baxter et al. (2008), que demonstraram que

as mulheres dedicavam substancialmente mais tempo à realização de afazeres domésticos independentemente do seu estado civil ou parental, ainda que tenham sido analisados três estados civis (casado/a, separado/a e coabitante) pelos autores e no presente estudo apenas tenham sido considerados dois (casado/a ou viver em união de facto). Posicionam-se, também, junto dos resultados obtidos por Baxter (2005), uma vez que a autora não encontrou diferenças entre os/as participantes casados/as e coabitantes ao nível do cuidado infantil; em parte, junto dos resultados de Pepin et al. (2018) na medida em que não foram detetadas diferenças entre mães casadas e mães com outros estados civis no domínio do cuidado infantil depois de controlados outros fatores e, finalmente, das conclusões de Gibson-Davis (2008) que não registou, em termos do apoio instrumental, do envolvimento positivo, entre outros aspetos, diferenças entre progenitores casados/as e coabitantes.

As diferenças entre homens e mulheres no que diz respeito à divisão do trabalho doméstico e do trabalho de cuidado não são mais acentuadas quando filhos/as com idade igual ou inferior a 15 anos estão presentes, pelo que, as hipóteses 3a e 3b não são, respetivamente, suportadas. Tal situação difere daquela que foi indicada por autores como Craig e Bittman (2008), que mencionaram que a presença do primeiro filho/a espelhava-se no tempo que é dedicado ao trabalho não pago, aumentando-o, e difere daquela que Santos et al. (2021) alcançaram, na medida em que é concluído que o estatuto parental é um aspeto diferenciador, pois mães e pais de crianças menores de idade indicaram ter dedicado, durante o período de confinamento, mais horas semanais ao trabalho não pago, o que não se registou durante o tempo que precedeu o período mencionado.

Quanto à ideologia dos papéis de género, esta aparenta não ser relevante para a divisão do trabalho não pago, uma vez que não medeia a relação entre o sexo dos/as participantes e a divisão das tarefas domésticas nem a relação entre o sexo dos/as participantes e a divisão das tarefas de cuidado, pelo que não suporta empiricamente as hipóteses 4a e 4b, respetivamente. Assim, estes resultados juntam-se aos obtidos por Cubbins e Vannoy (2004) e por Coverman (1985), que também não encontraram um efeito entre a ideologia dos papéis de género e o trabalho doméstico e aos de Ishii-Kuntz et al. (2004) que também não obtiveram uma associação significativa entre o envolvimento paterno no cuidado infantil e a ideologia dos papéis de género dos cônjuges, ainda que o efeito das suas visões se encontrasse na direção esperada.

Uma possível justificação para o facto de as hipóteses relativas à ideologia dos papéis de género não terem sido suportadas prende-se com o instrumento utilizado. Crouter et al. (1987), que utilizaram igualmente a escala *Attitudes Toward Women Scale* de Spence e Helmreich

(1978), também não obtiveram uma associação entre o envolvimento paterno no cuidado infantil e as atitudes sobre os papéis de género, referindo que tal situação se poderia dever a aspetos metodológicos, em especial, ao nível das medidas. Avançaram que um questionário mais direcionado, que incidisse sobre tarefas particulares e as atitudes dos maridos acerca de papéis familiares conservadores vs. igualitários, poderia ter sido um indicador mais eficaz das atitudes em relação aos papéis de género, uma vez que a escala aplicada poderia apresentar uma predisposição muito abrangente que permitisse moldar os padrões comportamentais familiares (Crouter et al., 1987). O facto de os valores do *alfa de Cronbach* tanto geral (.67) como para os homens (.74) e para as mulheres (.50) se terem situado abaixo daqueles indicados por Stevens et al. (2001), isto é, .73 para as mulheres e .82 para os homens, sinalizam possíveis problemas com a escala utilizada em termos da sua consistência interna.

Desta forma, os resultados obtidos permitem-nos concluir que, à semelhança de Erickson (2005), o sexo é uma variável crucial na divisão do trabalho de cuidado assim como das tarefas domésticas. Kroska (2004) e Arrighi e Maume (2000) referiram que o género continuava a ser um fator determinante no que dizia respeito à divisão dedicado ao trabalho doméstico, ainda que o tempo disponível, a ideologia e os recursos fossem capazes de explicar/influenciar os padrões domésticos, porém, os resultados obtidos indicam que a ideologia dos papéis de género não se apresenta como relevante para a divisão do trabalho não pago. Também Shelton e John (1996) indicaram que o género continua a ser, comparativamente a outros, o fator mais importante para o trabalho doméstico. De igual forma, Davis e Greenstein (2004) referiram que o género continua a ser o melhor preditor do tempo gasto em obrigações domésticas, mesmo que, desde a década de 90, a proporção e quantidade de trabalho doméstico que os cônjuges executam se tenha modificado.

Assim, o sexo e o género apresentam-se como fortes ferramentas de organização da sociedade, onde as representações acerca de comportamentos adequados para raparigas/mulheres e rapazes/homens definem a autoridade, a autonomia e o poder a que os/as mesmos/as podem almejar, as oportunidades que os/as mesmos/as conseguem alcançar e, ainda, as interações diárias em que os/as mesmos/as irão participar (Pimentel, 2006). Tomando como exemplo o estudo realizado por Babcock et al. (2017), a divisão de tarefas com reduzida capacidade de promoção (tarefas com menor probabilidade de contribuir para o crescimento profissional) divergia, mesmo quando não se identificavam diferenças entre mulheres e homens em termos de preferências e capacidades, onde as mulheres eram mais propensas a ser convidadas para se voluntariarem, tinham uma maior probabilidade de se voluntariarem e de aceitarem solicitações diretas de voluntariado, pelo que, as diferenças produzidas pela divisão

das tarefas podiam ser responsáveis pelos obstáculos, ao nível da progressão, que as mulheres experienciam não só nas organizações, mas também na sociedade.

4.1. Limitações

Apesar dos resultados obtidos e da sua relevância, a presente investigação é alvo de algumas limitações.

A primeira limitação a apontar prende-se com a amostra em si. A amostra analisada foi obtida mediante um processo de amostragem não probabilístico, por conveniência, uma vez que se recorreu à rede de contactos mais próxima e, de seguida, às redes sociais (e.g., *Facebook* e *LinkedIn*) e ao *e-mail* para o recrutamento dos/as participantes. Este método de recrutamento pode conduzir ao desenvolvimento de enviesamentos e à não representatividade da população-alvo (Fráguas, 2020).

A segunda limitação prende-se com o facto de apenas um elemento do casal ter respondido, ainda que tenhamos conhecimento de participantes cujo cônjuge ou companheiro/a também tenha respondido ao questionário, o que poderá ser indicativo de uma tendência para a subvalorização do tempo e esforço do cônjuge ou companheiro/a e/ou uma sobrevalorização do tempo e esforço próprios (Lewin-Epstein et al., 2006). As conclusões do estudo de Press e Twonsley (1998) indicaram que tanto as esposas como os esposos tendem a sobrestimar as suas contribuições domésticas e também Coltrane (2000) referiu que mulheres e homens tendem a sobrestimar a sua cooperação em questionários com questões diretas.

4.2. Sugestões para investigação futura

A primeira sugestão para investigação futura diz respeito à medição da ideologia dos papéis de género dos dois elementos do casal, pois, tal como mencionado previamente, a interação da ideologia dos consortes deverá ser tida em conta para que seja possível compreender a divisão do trabalho doméstico (Greenstein, 1996). McMunn et al. (2020) já se debruçaram sobre esta questão junto de casais britânicos e validaram o pressuposto de que a partilha de ideologias é necessária para alcançar igualdade de género no que toca à divisão do trabalho, porém, não deixaram de salientar que as mulheres, nos dois grupos mais igualitários, e comparativamente aos homens, continuavam a executar mais trabalho doméstico, pelo que tal partilha de ideologias poderia não bastar para colmatar possíveis barreiras à partilha equilibrada no Reino Unido (RU).

A segunda sugestão para investigação futura prende-se com a utilização de um outro instrumento que melhor se relacione com a ideologia dos papéis de género e a divisão do trabalho não pago, de forma a suprir as questões metodológicas previamente salientadas. Algumas características que o instrumento deverá seguir são, por exemplo, ser um instrumento mais recente.

A terceira sugestão para investigação futura relaciona-se com a análise da existência de familiares dependentes no agregado familiar (e.g., a mãe ou o pai) para verificar a sua influência ao nível do trabalho não pago.

A quarta sugestão de investigação futura remete para a inclusão, no questionário, de uma pergunta referente ao género do/a participante, sendo que a sua inclusão visa averiguar se o género da pessoa poderá, ou não, originar resultados semelhantes àqueles que foram obtidos. Com a integração desta pergunta seria possível estudar se, por exemplo, pessoas do sexo masculino, mas que se identificam com o género feminino terão uma maior ou menor participação no trabalho não pago. Esta sugestão pode ser, ainda, modificada para incluir, por exemplo, pessoas homossexuais, entre outras. As questões de género são um tópico que, ao longo dos últimos anos, têm vindo a receber uma atenção crescente e por serem uma temática em constante evolução, o estudo de questões como aquela que foi mencionada de antemão podem contribuir para o aprofundamento da problemática, para além de tornarem os estudos mais diversificados e inclusivos e, por isso, mais ricos.

Por fim, a quinta sugestão de investigação futura diz respeito à utilização da metodologia qualitativa, uma vez que esta pode fornecer outro tipo de informação igualmente relevante para a temática da divisão do trabalho não pago que não é capturada pela investigação de índole quantitativa. Na presente investigação, um estudo seguiu uma metodologia totalmente qualitativa (Christopher, 2012), dois outros adotaram uma metodologia mista (Mannino & Deutsch, 2007; Perista et al., 2016) e Torres et al. (2011) concentraram-se apenas nos resultados obtidos por via de entrevistas. De acordo com Lachance-Gzrela e Bouchard (2010), é necessário conduzir mais investigação de tipo qualitativo para compreender quais são os significados dos padrões de divisão do trabalho que são atribuídos pelas pessoas.

4.3. Considerações finais

Ainda que os resultados obtidos revelem a existência de um padrão assimétrico, em termos de trabalho não pago, entre os homens e as mulheres que compuseram a amostra analisada, os resultados de Altintas e Sullivan (2016) referiram que a lacuna existente entre os/as mesmos/as

ao nível do trabalho doméstico estava a diminuir, ainda que tivesse perdurado durante o término da última década do século XXI, algo que é positivo e benéfico para a sociedade em geral e para as mulheres em particular.

Kan et al. (2011) referiram que, ao nível da aproximação dos padrões de trabalho, nos encontramos a meio de um percurso de 70 a 80 anos com o ano de 2010 a significar um ponto médio estimado no trajeto em direção à igualdade, o que significa que nos encontramos cada vez mais perto da mesma. Porém, e tal como Santos et al. (2021) referiram, as consequências trazidas pela pandemia de Covid-19 sentiram-se a diversos níveis.

A investigação conduzida não assinala as mesmas tendências positivas, em termos da minimização das desigualdades, que outros estudos conduzidos antes do período pandémico assinalaram e, pelo contrário, a pandemia de Covid-19 parece ter acentuado as desigualdades de género na esfera do trabalho não pago, pelo que, os processos de negociação das dinâmicas familiares são colocados em “*stand by*”, o que poderá ser prejudicial para a atenuação destas mesmas desigualdades em termos do trabalho não pago e pago (Santos et al., 2021).

Com os resultados do presente estudo, esperamos que seja dada mais atenção à divisão do trabalho doméstico, como esta se desenrola entre homens e mulheres e que seja possível utilizar os mesmos para reforçar a necessidade de alcançar a igualdade de género, não só no âmbito familiar, mas também em todos os outros domínios onde esta carece.

Fontes

- European Institute of Gender Equality. (s.d.). Expressão de género. Em *Glossary & thesaurus*. Obtido 4 de abril de 2021, de <https://eige.europa.eu/thesaurus/terms/1177?lang=pt>
- European Institute of Gender Equality. (s.d.). Identidade de género. Em *Glossary & thesaurus*. Obtido 4 de abril de 2021, de <https://eige.europa.eu/thesaurus/terms/1179?lang=pt>
- European Institute of Gender Equality. (s.d.). Orientação sexual. Em *Glossary & thesaurus*. Obtido 4 de abril de 2021, de <https://eige.europa.eu/thesaurus/terms/1380?lang=pt>
- European Institute of Gender Equality. (s.d.). Papéis atribuídos em função do género. Em *Glossary & thesaurus*. Obtido 4 de abril de 2021, de <https://eige.europa.eu/thesaurus/terms/1209?lang=pt>
- Instituto Nacional de Estatística. (2009). *Duração média dos trabalhos remunerados e não remunerados (h) por sexo e tipo (tarefas); Não periódica* [Base de dados]. Instituto Nacional de Estatística. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0001648&contexto=bd&selTab=tab2

Referências

- Aassve, A., Fuochi, G., & Mencarini, L. (2014). Desperate housework: Relative resources, time availability, economic dependency, and gender ideology across Europe. *Journal of Family Issues*, 35(8), 1000–1022. <https://doi.org/10.1177/0192513X14522248>
- Afonso, R.-M., & Poeschl, G. (2006). Representaciones del impacto de la situación de desempleo en las prácticas familiares. *Revista de Psicología Social*, 21(3), 241–258. <https://doi.org/10.1174/021347406778538221>
- Aldous, J., Mulligan, G. M., & Bjarnason, T. (1998). Fathering over time: What makes the difference? *Journal of Marriage and the Family*, 60(4), 809–820. <https://doi.org/10.2307/353626>
- Altintas, E., & Sullivan, O. (2016). Fifty years of change updated: Cross-national gender convergence in housework. *Demographic Research*, 35(16), 455–470. <https://doi.org/10.4054/DemRes.2016.35.16>
- Amâncio, L. (2007). Género e divisão do trabalho doméstico - o caso português em perspetiva. Em K. Wall & L. Amâncio (Eds.), *Familia e género em Portugal e na Europa* (1ª ed, pp. 181-209). Imprensa das Ciências Sociais. https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/28234/1/ICs_KWall_LAmancio_Familia_LEN.pdf
- Amâncio, L., & Correia, R. B. (2019). Em busca da igualdade: Percepção de justiça e divisão do trabalho doméstico – mudanças e continuidades. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 90, 77–94. <https://doi.org/10.7458/SPP20199015529>
- American Psychological Association (2012). Guidelines for psychological practice with lesbian, gay, and bisexual clients. *American Psychologist*, 67(1), 10–42. <https://doi.org/10.1037/a0024659>
- Arrighi, B. A., & Maume, D. J. Jr. (2000). Workplace subordination and men's avoidance of housework. *Journal of Family Issues*, 21(4), 464–487. <https://doi.org/10.1177/019251300021004003>
- Artis, J. E., & Pavalko, E. K. (2003). Explaining the decline in women's household labor: Individual change and cohort differences. *Journal of Marriage and Family*, 65(3), 746–761. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2003.00746.x>
- Asare, A. (2019). *The gender gap in household labour: Differences between married and cohabiting people in Canada* [Dissertação de mestrado, University of Saskatchewan]. HARVEST. <https://harvest.usask.ca/bitstream/handle/10388/12291/ASARE-THESIS-2019.pdf?isAllowed=y&sequence=1>
- Babcock, L., Recalde, M. P., Vesterlund, L., & Weingart, L. (2017). Gender differences in accepting and receiving requests for tasks with low promotability. *American Economic Review*, 107(3), 714–747. <https://doi.org/10.1257/aer.20141734>
- Barg, K., & Beblo, M. (2012). Does "sorting into specialization" explain the differences in time use between married and cohabiting couples? An empirical application for Germany. *Annals of Economics and Statistics*, 105/106, 127–152. <https://doi.org/10.2307/23646459>
- Barstad, A. (2014). Equality is bliss? Relationship quality and the gender division of household labor. *Journal of Family Issues*, 35(7), 972–992. <https://doi.org/10.1177/0192513X14522246>
- Bartley, S. J., Blanton, P. W., & Gilliard, J. L. (2005). Husbands and wives in dual-earner marriages: Decision-making, gender role attitudes, division of household labor, and equity. *Marriage & Family Review*, 37(4), 69–94. https://doi.org/10.1300/J002v37n04_05
- Baruch, G. K., & Barnett, R. C. (1981). Fathers' participation in the care of their preschool children. *Sex Roles*, 7(10), 1043–1055. <https://doi.org/10.1007/BF00288505>
- Batalova, J. A., & Cohen, P. N. (2002). Premarital cohabitation and housework: Couples in

- cross-national perspective. *Journal of Marriage and Family*, 64(3), 743–755. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2002.00743.x>
- Baxter, J. (2005). To marry or not to marry: Marital status and the household division of labor. *Journal of Family Issues*, 26(3), 300–321. <https://doi.org/10.1177/0192513X04270473>
- Baxter, J., Hewitt, B., & Haynes, M. (2008). Life course transitions and housework: Marriage, parenthood, and time on housework. *Journal of Marriage and Family*, 70(2), 259–272. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2008.00479.x>
- Bianchi, S., Lesnard, L., Nazio, T., & Raley, S. (2014). Gender and time allocation of cohabiting and married women and men in France, Italy, and the United States. *Demographic Research*, 31(8), 183–216. <https://doi.org/10.4054/DemRes.2014.31.8>
- Bianchi, S. M., Milkie, M. A., Sayer, L. C., & Robinson, J. P. (2000). Is anyone doing the housework? Trends in the gender division of household labor. *Social Forces*, 79(1), 191–228. <https://doi.org/10.2307/2675569>
- Blair, S. L., & Litcher, D. T. (1991). Measuring the division of household labor: Gender segregation of housework among American couples. *Journal of Family Issues*, 12(1), 91–113. <https://doi.org/10.1177/019251391012001007>
- Bolzendahl, C. I., & Myers, D. J. (2004). Feminist attitudes and support for gender equality: Opinion change in women and men, 1974–1998. *Social Forces*, 83(2), 759–790. <https://doi.org/10.1353/sof.2005.0005>
- Brayfield, A. A. (1992). Employment resources and housework in Canada. *Journal of Marriage and the Family*, 54(1), 19–30. <https://doi.org/10.2307/353272>
- Bulanda, R. E. (2004). Paternal involvement with children: The influence of gender ideologies. *Journal of Marriage and Family*, 66(1), 40–45. <https://doi.org/10.1111/j.0022-2455.2004.00003.x>
- Carlson, D. L., & Lynch, J. L. (2013). Housework: Cause and consequence of gender ideology? *Social Science Research*, 42(6), 1505–1518. <https://doi.org/10.1016/j.ssresearch.2013.07.003>
- Carriero, R., & Todesco, L. (2018). Housework division and gender ideology: When do attitudes really matter? *Demographic Research*, 39(39), 1039–1064. <https://doi.org/10.4054/DemRes.2018.39.39>
- Christopher, K. (2012). Extensive mothering: Employed mothers' constructions of the good mother. *Gender & Society*, 26(1), 73–96. <https://doi.org/10.1177/0891243211427700>
- Coltrane, S. (2000). Research on household labor: Modeling and measuring the social embeddedness of routine family work. *Journal of Marriage and Family*, 62(4), 1208–1233. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2000.01208.x>
- Coltrane, S., & Ishii-Kuntz, M. (1992). Men's housework: A life course perspective. *Journal of Marriage and the Family*, 54(1), 43–57. <https://doi.org/10.2307/353274>
- Coverman, S. (1985). Explaining husbands' participation in domestic labor. *The Sociological Quarterly*, 26(1), 81–97. <https://doi.org/10.1111/j.1533-8525.1985.tb00217.x>
- Craig, L., & Bittman, M. (2008). The incremental time costs of children: An analysis of children's impact on adult time use in Australia. *Feminist Economics*, 14(2), 59–88. <https://doi.org/10.1080/13545700701880999>
- Crouter, A. C., Perry-Jenkins, M., Huston, T. L., & McHale, S. M. (1987). Processes underlying father involvement in dual-earner and single-earner families. *Developmental Psychology*, 23(3), 431–440. <https://doi.org/10.1037/0012-1649.23.3.431>
- Cubbins, L. A., & Vannoy, D. (2004). Division of household labor as a source of contention for married and cohabiting couples in metropolitan Moscow. *Journal of Family Issues*, 25(2), 182–215. <https://doi.org/10.1177/0192513X03256499>
- Cunha, V., & Atalaia, S. (2019). The gender(ed) division of labour in Europe: Patterns of practices in 18 EU countries. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 90.

- <https://doi.org/10.7458/SPP20199015526>
- Cunningham, M. (2001). Parental influences on the gendered division of housework. *American Sociological Review*, 66(2), 184-203. <https://doi.org/10.2307/2657414>
- Daugherty, C. G., & Dambort, F. H. (1986). Reliability of the Attitudes Toward Women Scale. *Educational and Psychological Measurement*, 46(2), 449-453. <https://doi.org/10.1177/001316448604600221>
- Davis, S. N. (2007). Gender ideology construction from adolescence to young adulthood. *Social Science Research*, 36(3), 1021-1041. <https://doi.org/10.1016/j.ssresearch.2006.08.001>
- Davis, S. N., & Greenstein, T. N. (2004). Cross-national variations in the division of household labor. *Journal of Marriage and Family*, 66(5), 1260-1271. <https://doi.org/10.1111/j.0022-2445.2004.00091.x>
- Davis, S. N., & Greenstein, T. N. (2009). Gender ideology: Components, predictors, and consequences. *Annual Review of Sociology*, 35, 87-105. <https://doi.org/10.1146/annurev-soc-070308-115920>
- Davis, S. N., Greenstein, T. N., & Marks, J. P. G. (2007). Effects of union type on division of household labor: Do cohabiting men really perform more housework? *Journal of Family Issues*, 28(9), 1246-1272. <https://doi.org/10.1177/0192513X07300968>
- Davis, S. N., & Wills, J. B. (2014). Theoretical explanations amid social change: A content analysis of housework research (1975-2012). *Journal of Family Issues*, 35(6), 808-824. <https://doi.org/10.1177/0192513X13513020>
- Delevi, R., & Bugay, A. (2013). Assessing reliability and validity of the 15-item short version of the Attitudes Toward Women Scale (AWS) among Turkish students. *Journal of International Women's Studies*, 14(1), 263-272. <https://toad.halileksi.net/sites/default/files/pdf/attitudes-toward-women-scale-toad.pdf>
- Denmark, F. L., Shaw, J. S., & Ciali, S. D. (1985). The relationship among sex roles, living arrangements, and the division of household responsibilities. *Sex Roles*, 12(5-6), 617-625. <https://doi.org/10.1007/BF00288181>
- Deutsch, F. M., Lussier, J. B., & Servis, L. J. (1993). Husbands at home: Predictors of paternal participation in childcare and housework. *Journal of Personality and Social Psychology*, 65(6), 1154-1166. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.65.6.1154>
- Domínguez-Folgueras, M. (2012). Is cohabitation more egalitarian? The division of household labor in five European countries. *Journal of Family Issues*, 34(12), 1623-1646. <https://doi.org/10.1177/0192513X12464948>
- Domínguez-Folgueras, M. (2021). Difficult times: The division of domestic work under lockdown in France. *Social Sciences*, 10(6), 1-13. <https://doi.org/10.3390/socsci10060219>
- Erickson, R. J. (2005). Why emotion work matters: Sex, gender, and the division of household labor. *Journal of Marriage and Family*, 67(2), 337-351. <https://doi.org/10.1111/j.0022-2445.2005.00120.x>
- Evertson, M. (2014). Gender ideology and sharing of housework and child care in Sweden. *Journal of Family Issues*, 35(7), 927-949. <https://doi.org/10.1177/0192513X14522239>
- Fan, P.-L., & Marini, M. M. (2000). Influences on gender-role attitudes during the transition to adulthood. *Social Science Research*, 29(2), 258-283. <https://doi.org/10.1006/ssre.1999.0669>
- Ferree, M. M. (1991). The gender division of labor in two-earner marriages: Dimensions of variability and change. *Journal of Family Issues*, 12(2), 158-180. <https://doi.org/10.1177/019251391012002002>
- Ferreira, I. M. A. (2017). *Dinâmicas familiares em casais do mesmo sexo e sexo diferente: Distribuição das tarefas domésticas* [Dissertação de mestrado, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/15162>
- Fitzpatrick, M. K., Salgado, D. M., Suvak, M. K., King, L. A., & King, D. W. (2004).

- Associations of gender and gender-role ideology with behavioral and attitudinal features of intimate partner aggression. *Psychology of Men & Masculinity*, 5(2), 91–102. <https://doi.org/10.1037/1524-9220.5.2.91>
- Forbes, G. B., Adams-Curtis, L. E., & White, K. B. (2004). First- and second-generation measures of sexism, rape myths and related beliefs, and hostility toward women: Their interrelationships and association with college students' experiences with dating aggression and sexual coercion. *Violence Against Women*, 10(3), 236–261. <https://doi.org/10.1177/1077801203256002>
- Fráguas, L. C. B. C. (2020). *O efeito da liderança virtuosa no bem-estar afetivo: O papel do suporte da chefia* [Dissertação de mestrado, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/20946>
- Gaunt, R. (2006). Biological essentialism, gender ideologies, and role attitudes: What determines parents' involvement in child care. *Sex Roles*, 55(7–8), 523–533. <https://doi.org/10.1007/s11199-006-9105-0>
- Geist, C. (2005). The welfare state and the home: Regime differences in the domestic division of labour. *European Sociological Review*, 21(1), 23–41. <https://doi.org/10.1093/esr/jci002>
- Gibson-Davis, C. M. (2008). Family structure effects on maternal and paternal parenting in low-income families. *Journal of Marriage and Family*, 70(2), 452–465. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2008.00493.x>
- González, M.-J., Miret, P., & Treviño, R. (2010). 'Just living together': Implications of cohabitation for fathers' participation in child care in Western Europe. *Demographic Research*, 23(16), 445–478. <https://doi.org/10.4054/DemRes.2010.23.16>
- Greenstein, T. N. (1996). Husbands' participation in domestic labor: Interactive effects of wives' and husbands' gender ideologies. *Journal of Marriage and the Family*, 58(3), 585–595. <https://doi.org/10.2307/353719>
- Gupta, S. (1999). The effects of transitions in marital status on men's performance of housework. *Journal of Marriage and the Family*, 61(3), 700–711. <https://doi.org/10.2307/353571>
- Hayes, A. (2018). *Introduction to mediation, moderation, and conditional process analysis: A regression-based approach* (2nd ed.). The Guildford Press
- Hohmann-Marriott, B. (2011). Coparenting and father involvement in married and unmarried coresident couples. *Journal of Marriage and Family*, 73(1), 296–309. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2010.00805.x>
- Hook, J. L. (2006). Care in context: Men's unpaid work in 20 countries, 1965–2003. *American Sociological Review*, 71(4), 639–660. <https://doi.org/10.1177/000312240607100406>
- Ishii-Kuntz, M., Makino, K., Kato, K., & Tsuchiya, M. (2004). Japanese fathers of preschoolers and their involvement in child care. *Journal of Marriage and Family*, 66(3), 779–791. <https://doi.org/10.1111/j.0022-2445.2004.00052.x>
- Kalenkoski, C. M., Ribar, D. C., & Stratton, L. S. (2005). Parental child care in single-parent, cohabiting, and married-couple families: Time-diary evidence from the United Kingdom. *The American Economic Review*, 95(2), 194–198. <https://www.jstor.org/stable/4132815>
- Kalenkoski, C. M., Ribar, D. C., & Stratton, L. S. (2007). The effect of family structure on parents' child care time in the United States and the United Kingdom. *Review of Economics of the Household*, 5(4), 353–384. <https://doi.org/10.1007/s11150-007-9017-y>
- Kamo, Y. (1991). A nonlinear effect of the number of children on the division of household labor. *Sociological Perspectives*, 34(2), 205–218. <https://doi.org/10.2307/1388991>
- Kan, M. Y., Sullivan, O., & Gershuny, J. (2011). Gender convergence in domestic work: Discerning the effects of interactional and institutional barriers from large-scale data. *Sociology*, 45(2), 234–251. <https://doi.org/10.1177/0038038510394014>
- Kendig, S. M., & Bianchi, S. M. (2008). Single, cohabitating, and married mothers' time with

- children. *Journal of Marriage and Family*, 70(5), 1228–1240. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2008.00562.x>
- Knudsen, K., & Wærness, K. (2008). National context and spouses' housework in 34 countries. *European Sociological Review*, 24(1), 97–113. <https://doi.org/10.1093/esr/jcm037>
- Kroska, A. (2004). Divisions of domestic work: Revising and expanding the theoretical explanations. *Journal of Family Issues*, 25(7), 900–932. <https://doi.org/10.1177/0192513X04267149>
- Lachance-Grzela, M., & Bouchard, G. (2010). Why do women do the lion's share of housework? A decade of research. *Sex Roles*, 63(11-12), 767–780. <https://doi.org/10.1007/s11199-010-9797-z>
- Larsen, K. S., & Long, E. (1988). Attitudes toward sex-roles: Traditional or egalitarian? *Sex Roles*, 19(1–2), 1–12. <https://doi.org/10.1007/BF00292459>
- Lewin-Epstein, N., Stier, H., & Braun, M. (2006). The division of household labor in Germany and Israel. *Journal of Marriage and Family*, 68(5), 1147–1164. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2006.00320.x>
- Mannino, C. A., & Deutsch, F. M. (2007). Changing the division of household labor: A negotiated process between partners. *Sex Roles: A Journal of Research*, 56(5–6), 309–324. <https://doi.org/10.1007/s11199-006-9181-1>
- Marsiglio, W. (1991). Paternal engagement activities with minor children. *Journal of Marriage and the Family*, 53(4), 973–986. <https://doi.org/10.2307/353001>
- McMunn, A., Bird, L., Webb, E., & Sacker, A. (2020). Gender divisions of paid and unpaid work in contemporary UK couples. *Work, Employment and Society*, 34(2), 155–173. <https://doi.org/10.1177/0950017019862153>
- Newell, S. (1993). The superwoman syndrome: Gender differences in attitudes towards equal opportunities at work and towards domestic responsibilities at home. *Work, Employment & Society*, 7(2), 275–289. <https://doi.org/10.1177/095001709372006>
- Nitsche, N., & Grunow, D. (2016). Housework over the course of relationships: Gender ideology, resources, and the division of housework from a growth curve perspective. *Advances in Life Course Research*, 29, 80–94. <https://doi.org/10.1016/j.alcr.2016.02.001>
- Nordenmark, M. (2004). Does gender ideology explain differences between countries regarding the involvement of women and of men in paid and unpaid work? *International Journal of Social Welfare*, 13(3), 233–243. <https://doi.org/10.1111/j.1369-6866.2004.00317.x>
- Ono, H., & Yeilding, R. (2009). Marriage, cohabitation and childcare: The US and Sweden. *Social Indicators Research*, 93(1), 137–140. <https://doi.org/10.1007/s11205-008-9417-2>
- Pailhé, A., Solaz, A., & Tanturri, M. L. (2019). The time cost of raising children in different fertility contexts: Evidence from France and Italy. *European Journal of Population*, 35, 223–261. <https://doi.org/10.1007/s10680-018-9470-8>
- Pepin, J. R., Sayer, L. C., & Casper, L. M. (2018). Marital status and mothers' time use: Childcare, housework, leisure, and sleep. *Demography*, 55(1), 107–133. <https://doi.org/10.1007/s13524-018-0647-x>
- Perista, H. (2002). Género e trabalho não pago: Os tempos das mulheres e os tempos dos homens. *Análise Social*, 37(163), 447–474. <http://www.jstor.org/stable/41011683>
- Perista, H., Cardoso, A., Brázia, A., Abrantes, M., Perista, P., & Quintal, E. (2016). *Os usos do tempo de homens e mulheres em Portugal - Policy brief*. Centro de Estudos para a Intervenção Social; Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego. https://cite.gov.pt/documents/14333/16933/INUT_Policy_Brief.pdf/f18d51ae-a718-415e-8c8f-f12678ab4669
- Perkins, H. W., & DeMeis, D. K. (1996). Gender and family effects on the "second-shift" domestic activity of college-educated young adults. *Gender & Society*, 10(1), 78–93. <https://doi.org/10.1177/089124396010001006>

- Pimentel, E. E. (2006). Gender ideology, household behavior, and backlash in urban China. *Journal of Family Issues*, 27(3), 341–365. <https://doi.org/10.1177/0192513X05283507>
- Poeschl, G. (2010). Desigualdades na divisão do trabalho familiar, sentimento de justiça e processos de comparação social. *Análise Psicológica*, 28(1), 29–42. <https://doi.org/10.14417/ap.250>
- Poortman, A.-R., & Van der Lippe, T. (2009). Attitudes toward housework and child care and the gendered division of labor. *Journal of Marriage and Family*, 71(3), 526–541. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2009.00617.x>
- Press, J. E., & Townsley, E. (1998). Wives' and husbands' housework reporting: Gender, class, and social desirability. *Gender & Society*, 12(2), 188–218. <https://doi.org/10.1177/089124398012002005>
- Presser, H. B. (1994). Employment schedules among dual-earner spouses and the division of household labor by gender. *American Sociological Review*, 59(3), 348–364. <https://doi.org/10.2307/2095938>
- Rice, T. W., & Coates, D. L. (1995). Gender role attitudes in the southern United States. *Gender & Society*, 9(6), 744–756. <https://doi.org/10.1177/089124395009006007>
- Robinson, J. P., & Milkie, M. A. (1998). Back to the basics: Trends in and role determinants of women's attitudes toward housework. *Journal of Marriage and the Family*, 60(1), 205–218. <https://doi.org/10.2307/353452>
- Ross, C. E. (1987). The division of labor at home. *Social Forces*, 65(3), 816–833. <https://doi.org/10.2307/2578530>
- Russell, H., Grotti, R., McGinnity, F., & Privalko, I. (2019). *Caring and unpaid work in Ireland*. Economic and Social Research Institute/ The Irish Human Rights and Equality Commission. <https://doi.org/10.26504/bkmnext382>
- Sabbah-Karkabi, M. (2020). Education, gender ideology, and housework in the Palestinian family in Israel: Implications of contradictory social change. *Journal of Family Issues*, 0(0), 1–24. <https://doi.org/10.1177/0192513X20930332>
- Sahl, A. (2015). *Gender, employment status, and unpaid household labor: A test of the time availability perspective on housework, child care, and emotion work before, during, and after the 2007 U.S. economic recession* [Dissertação de doutoramento, University of Nevada]. Digital Scholarship@UNLV. <http://dx.doi.org/10.34917/7646041>
- Sanchez, L., & Thomson, E. (1997). Becoming mothers and fathers: Parenthood, gender, and the division of labor. *Gender & Society*, 11(6), 747–772. <https://doi.org/10.1177/089124397011006003>
- Sanik, M. M., & Mauldin, T. (1986). Single versus two parent families: A comparison of mothers' time. *Family Relations*, 35(1), 53–56. <https://doi.org/10.2307/584282>
- Santos, M. H., Rosa, M., Correia, R. B., & Xavier, E. (2021). Gender roles and dynamics in COVID-19 times: Changes and continuities in sharing arrangements of housework and caregiving. *PSICOLOGIA*, 35(1), 1–10. <https://doi.org/10.17575/psicologia.v35i1.1688>
- Sayer, L. C. (2005). Gender, time and inequality: Trends in women's and men's paid work, unpaid work and free time. *Social Forces*, 84(1), 285–303. <https://doi.org/10.1353/sof.2005.0126>
- Sayer, L. C., & Fine, L. (2011). Racial-ethnic differences in U.S. married women's and men's housework. *Social Indicators Research*, 101(2), 259–265. <https://doi.org/10.1007/s11205-010-9645-0>
- Schober, P. S. (2013). The parenthood effect on gender inequality: Explaining the change in paid and domestic work when British couples become parents. *European Sociological Review*, 29(1), 74–85. <https://doi.org/10.1093/esr/jcr041>
- Schroeder, K. M., Bámaca-Colbert, M. Y., & Robins, R. W. (2019). Becoming more egalitarian: A longitudinal examination of Mexican-origin adolescents' gender role

- attitudes. *Developmental Psychology*, 55(11), 2311–2323.
<https://doi.org/10.1037/dev0000811>
- Shelton, B. A. (2006). Gender and unpaid work. Em J. S. Chafetz (Ed.), *Handbook of the sociology of gender* (1^a ed, pp. 375-390). Springer.
<https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2F0-387-36218-5.pdf>
- Shelton, B. A., & John, D. (1993). Does marital status make a difference? Housework among married and cohabiting men and women. *Journal of Family Issues*, 14(3), 401-420.
<https://doi.org/10.1177/019251393014003004>
- Shelton, B. A., & John, D. (1996). The division of household labor. *Annual Review of Sociology*, 22, 299–322. <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.22.1.299>
- Smart, M. J., Brown, A., & Taylor, B. D. (2017). Sex or sexuality? Analyzing the division of labor and travel in gay, lesbian, and straight households. *Travel Behaviour and Society*, 6, 75–82. <https://doi.org/10.1016/j.tbs.2016.07.001>
- South, S. J., & Spitze, G. (1994). Housework in marital and nonmarital households. *American Sociological Review*, 59(3), 327-347. <https://doi.org/10.2307/2095937>
- Stevens, D., Kiger, G., & Riley, P. J. (2001). Working hard and hardly working: Domestic labor and marital satisfaction among dual-earner couples. *Journal of Marriage and Family*, 63(2), 514–526. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2001.00514.x>
- Taylor, B. D., Ralph, K., & Smart, M. (2015). What explains the gender gap in schlepping? Testing various explanations for gender differences in household-serving travel. *Social Science Quarterly*, 96(5), 1493–1510. <https://doi.org/10.1111/ssqu.12203>
- Torres, A. (2008). Women, gender, and work: The Portuguese case in the context of the European Union. *International Journal of Sociology*, 38(4), 36–56.
<https://doi.org/10.2753/IJS0020-7659380402>
- Torres, A., Marques, C., & Maciel, D. (2011). Gender, work and family: Balancing central dimensions in individuals' lives. *Sociologia on Line*, 2, 11–37.
<http://www.analiatorres.com/pdf/Gender,%20work%20and%20family.PDF>
- Torres, A., Silva, F. V., Monteiro, T. L., & Cabrita, M. (2005). *Homens e mulheres entre familia e trabalho* (2^a ed.). Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
<http://hdl.handle.net/10071/2189>
- Ungaretti, J., & Etchezahar, E. (2013). Gender role ideology according to sex, acceptance of women's rights and gay marriage. *International Journal of Humanities and Social Science*, 3(15), 40–45.
https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/28312/CONICET_Digital_Nro.08958a24-82ba-438e-b6bc-0154525f4375_A.pdf?sequence=2&isAllowed=y
- Van der Lippe, T., & Siegers, J. J. (1994). Division of household and paid labour between partners: Effects of relative wage rates and social norms. *Kyklos*, 47(1), 109–136.
<https://doi.org/10.1111/j.1467-6435.1994.tb02252.x>
- Vernon, V. (2010). Marriage: For love, for money...and for time? *Review of Economics of the Household*, 8(4), 433–457. <https://doi.org/10.1007/s11150-009-9086-1>
- Vespa, J. (2009). Gender ideology construction: A life course and intersectional approach. *Gender & Society*, 23(3), 363–387. <https://doi.org/10.1177/0891243209337507>
- West, C., & Zimmerman, D. H. (1987). Doing gender. *Gender & Society*, 1(2), 125-151.
<https://doi.org/10.1177/0891243287001002002>

Anexo

Questionário

CONSENTIMENTO INFORMADO

O presente estudo surge no âmbito de duas Dissertações de Mestrado a decorrer no Iscte – Instituto Universitário de Lisboa e pretendem avaliar algumas questões de género no que diz respeito à vida doméstica e profissional.

O estudo é realizado por Ana Catarina Carvalho (acfc04@iscte-iul.pt) e Jéssica Ramos (jorsa1@iscte-iul.pt), sob a orientação das doutoras Maria Helena Santos e Miriam Rosa, que poderá contactar caso deseje colocar uma dúvida ou partilhar algum comentário.

A sua participação, que será muito valorizada, consiste em responder a um pequeno questionário que engloba perguntas relacionadas com o tema em estudo que poderá durar cerca de 9 minutos. Para participar, é necessário que tenha 18 anos ou mais, que se encontre numa relação heterossexual e a viver num casamento ou numa união de facto. Não existem riscos significativos expectáveis associados à participação no estudo e ainda que possa não beneficiar diretamente com a participação no estudo, as suas respostas vão contribuir para o aprofundamento da temática e, conseqüentemente, para o avanço da ciência.

A participação neste estudo é estritamente voluntária: pode escolher participar ou não participar. Se escolher participar, pode interromper a participação em qualquer momento sem ter de prestar qualquer justificação. Para além de voluntária, a participação é também anónima e confidencial. Os dados destinam-se a tratamento estatístico e nenhuma resposta será analisada ou reportada individualmente. Em nenhum momento do estudo precisa de se identificar.

Face a estas informações, por favor indique se aceita participar no estudo. Se aceitar participar, por favor, clique no botão no canto inferior direito e avance para a página seguinte. *

Aceito

Não aceito

Muito obrigada por aceitar participar neste questionário. Informamos que não é possível voltar atrás para fazer modificações às respostas, pelo que pedimos que responda com atenção a cada uma das questões antes de avançar para a seguinte.

Em primeiro lugar, iremos colocar algumas questões que possibilitar a caracterização da amostra em estudo.

1. Indique o seu sexo. *

Feminino

Masculino

2. Indique, em anos, a sua idade. *

3. Está numa relação heterossexual? *

Sim

Não

4. Indique o seu estado civil. *

Casado/a

União de facto

Outro

Muito obrigada pelo seu interesse em participar. No entanto, tal como indicado no consentimento informado, estamos interessadas em participantes com mais de 18 anos, que estejam numa relação heterossexual e a viver num casamento ou numa união de facto. A sua resposta indica que a sua situação não se enquadra nesses requisitos e, por isso, as suas respostas não serão consideradas. Será diretamente encaminhado/a para o fim do estudo.

5. Indique o seu nível de escolaridade (concluído). *

Menos do que o Ensino Secundário

Ensino Secundário ou equivalente

Licenciatura ou equivalente

Mestrado

Doutoramento

6. Tem familiares dependentes a seu cargo? Por favor, assinale os casos que se aplicam à sua situação.

Se não tiver, não responda e avance para a próxima questão.

() Filhos/as menores

() Outros

6.1. Quantos/as filhos/as tem a seu cuidado? Por favor, escreva o número de filhos/as (por exemplo: 1).

6.2. Indique as suas idades, em anos. Se tiver mais do que um/a filho/a, separe as suas idades por vírgulas (por exemplo: 4, 6, 8).

7. Como descreveria a sua situação profissional? *

	Teletrabalho	Trabalho fora de casa	Regime misto	Lay-off	Desemprego	Outra situação
Antes da pandemia Covid-19 em Portugal						
Neste momento						

7.1. Como descreveria a situação profissional do/a seu/sua cônjuge ou companheiro/a? *

	Teletrabalho	Trabalho fora de casa	Regime misto	Lay-off	Desemprego	Outra situação
Antes da pandemia Covid-19 em Portugal						
Neste momento						

As próximas questões relacionam-se com as suas opiniões e perceções próprias, não havendo respostas certas ou erradas. O mais importante é que indique a sua apreciação mais honesta e sincera possível.

8. Iremos questioná-lo/a acerca das suas tarefas diárias e solicitar-lhe que, para cada uma delas, faça uma estimativa do tempo que dedica semanalmente e de que forma as mesmas são divididas entre si e o/a seu/sua cônjuge ou companheiro/a. *

Atenção: Caso alguma questão não se aplique ao seu caso, deixe em branco.

Tarefas domésticas: limpar a casa, fazer compras, lavar a roupa, cozinhar, pagar despesas, entre outras.

Cuidado de familiares: cuidar de crianças, familiares doentes ou pessoas incapacitadas, familiares idosos/as (por exemplo: brincar, cuidados de higiene, acompanhar nos estudos, refeições e a serviços médicos, entre outros).

	Em média, quantas horas por semana gasta em:	Em média, quantas horas por semana gasta o/a seu/sua cônjuge ou companheiro/a em:
Tarefas domésticas		
Cuidado de familiares		

9. Acha que, atualmente, consome mais ou menos horas nestas tarefas, comparativamente ao período pré-pandemia?

	Muito menos horas	Menos horas	As mesmas horas	Mais horas	Muito mais horas
Tarefas domésticas					

Cuidado de familiares						
-----------------------	--	--	--	--	--	--

10. Em sua casa, quem é que habitualmente tem feito esta tarefa?

	Sempre eu	Habitualmente eu	Os dois igualmente	Habitualmente o/a meu/minha companheiro/a ou cônjuge	Sempre o/a meu/minha companheiro/a ou cônjuge	Outra pessoa da família, amigo/a, vizinho/a (não paga para isso)	Outra pessoa paga para isso
Tarefas domésticas							
Cuidado de familiares							

11. Agora pedimos que pense no seu regime de trabalho atual. Abaixo estão cinco afirmações com as quais pode concordar ou discordar, usando sete opções de resposta que variam entre 1 (Discordo fortemente) e 7 (Concordo fortemente). Por favor, indique o seu nível de concordância com cada item colocando o número apropriado na linha que o precede. Por favor, seja aberto/a e honesto/a nas suas respostas. *

Nota: Responda de acordo com a sua modalidade de trabalho atual. Por exemplo, se estiver em teletrabalho responda de acordo com essa realidade.

	Discordo	Discordo	Discordo	Não concordo	Concordo	Concordo	Concordo
--	----------	----------	----------	--------------	----------	----------	----------

	fortemente		parcialmente	o nem discordo	parcialmente		fortemente
No geral, o tipo de trabalho que eu faço corresponde aproximadamente àquilo que eu quero na vida.							
As condições sob as quais eu faço o meu trabalho são excelentes.							
Eu estou satisfeito/a com o tipo de trabalho que faço.							
Até agora, eu tenho obtido as coisas importantes que queria do meu trabalho.							
Se eu pudesse mudar alguma coisa no trabalho, não mudaria quase nada.							

12. A escala seguinte procura averiguar o seu grau de concordância com as frases apresentadas.

Tem cinco opções de resposta que variam entre 1 (Discordo fortemente) até 5 (Concordo fortemente). Por favor, seleccione a opção de resposta que mais se aproxima ao seu nível de concordância ou discordância. *

	Discordo fortemente	Discordo parcialmente	Não concordo nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo fortemente
Palavrões e obscenidades são mais repulsivos no discurso de uma mulher do que no de um homem.					
Quando uma mulher trabalha fora de casa, o marido deve participar nas tarefas domésticas tais como lavar a loiça e lavar a roupa.					
As mulheres devem preocupar-se menos com os seus direitos e mais em tornarem-se boas esposas e mães.					
No mundo dos negócios e em todas as outras profissões, as mulheres deveriam assumir o					

seu lugar ao lado dos homens.					
Uma mulher não deve esperar ter a mesma liberdade de ação que um homem.					
A liderança de uma comunidade deve estar em grande parte nas mãos dos homens.					
Devem ser dadas às mulheres oportunidades iguais às dos homens para o seu desenvolvimento profissional.					
Numa família, os filhos devem ser mais incentivados a ir para a universidade do que as filhas.					
No geral, o pai deve ter mais autoridade do que a mãe na educação dos filhos.					
Existem muitos empregos em que deveria ser dada preferência aos homens face às mulheres na contratação.					

(*) Perguntas de carácter obrigatório.

DEBRIEFING/EXPLICAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO

Muito obrigada por ter participado neste estudo. Conforme adiantado no início da sua participação, este estudo incide sobre as questões de género no que diz respeito à vida doméstica e profissional dos indivíduos. O presente estudo tem como objetivos verificar a influência do sexo na divisão do trabalho doméstico, bem como relacionar variáveis como o estado civil e a ideologia dos papéis de género na relação anterior. Adicionalmente pretendemos saber de que forma a divisão des/igual do trabalho doméstico vai impactar na satisfação profissional dos/as trabalhadores/as e a existência de diferenças sentidas por mulheres e homens em situações de partilha, ou não partilha, do trabalho doméstico.

Reforçamos os dados de contacto que pode utilizar caso deseje colocar alguma questão, partilhar algum comentário ou assinalar a sua intenção de receber informação sobre os principais resultados e conclusões do estudo: Ana Catarina Carvalho (acfc04@iscte-iul.pt) e Jéssica Rosa (jorsa1@iscte-iul.pt).